

**EDITAL DE LICITAÇÃO DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS**  
**PREGÃO N° 047/2017**

**PREÂMBULO E DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

A COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN CNPJ/MF n° 82.508.433/0001-17 - Inscrição Estadual n° 251.835.880, através de pregoeiro designado pela CASAN, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, torna público que de acordo com Lei Federal n° 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Estadual n° 12.337 de 5 de julho de 2002, Regulamento aprovado através da Resolução n° 27 de 17 de novembro de 2006, com a aplicação subsidiária da Lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, realizará processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **Menor Preço**. **REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.**

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro efetivo da CASAN, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitacoes-e", constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

**Sistema de Registro de Preços – SRP** – Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

**Ata de Registro de Preços - ARP** – Documento celebrado entre o Órgão Gerenciador e os Fornecedores que registraram seus preços, vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual se registram os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas nas contratações futuras, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

**1. DO OBJETO E SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**

- 1.1. O objeto desta licitação consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO EVENTUAL DE RELÓGIO PONTO ELTRÔNICO COM SOFTWARE DE GERENCIAMENTO, QUE ATENDA A PORTARIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE** de acordo com as especificações contidas nos **ANEXOS I e II** deste Edital.
- 1.2. **CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS até 12/06/2017 às 09:00 horas.**
- 1.3. **INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 12/06/2017 às 14:00 horas.**
- 1.4. **SISTEMA e LOCAL:** Sistema Eletrônico do Banco do Brasil - [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)
- 1.4. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília.
- 1.5. **ENDEREÇO DO ÓRGÃO PROMOTOR DA LICITAÇÃO:** COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - GERÊNCIA DE LICITAÇÕES - DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - Rua Emílio Blum n° 83 - 1° andar - Centro – Florianópolis/SC – CEP 88.020-010 - [www.casan.com.br](http://www.casan.com.br)

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1. Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente licitação são provenientes de recursos próprios da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, oriundos da conta orçamentaria 9985900.
- 2.2. O orçamento oficial para esta licitação é de **R\$ 905.195,52 (Novecentos e Cinco mil, Cento e Noventa e Cinco reais e Cinquenta e Dois centavos)** em **Lote Único**, conforme tabela abaixo, os valores Unitários, Totais e Globais para esta licitação encontram-se detalhado no **ANEXO I – Planilha de Preço**.

Lote	Valor
Lote 1	R\$ 905.195,52
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 905.195,52</b>

- 2.3. A CASAN realizará com periodicidade pesquisa de mercado para comprovar a vantajosidade dos preços praticado pelo detentor da ata. Verificando desconformidade entre o preço registrado e o preço de mercado, proceder-se-á negociação de preço conforme disciplina os arts. 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.
- 2.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses contados da **data de apresentação da proposta desta licitação**. Após seus preços poderão ser reajustados pelo Código de Série n° 1004812 da FGV, observando sempre o intervalo de 12 (doze) meses entre um reajuste e outro.

### 3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2. Cada empresa apresentará uma só proposta para cada lote, não sendo admitidas propostas alternativas.
- 3.3. **DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
- 3.3.1. Se a vencedora do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, a documentação de regularidade fiscal deverá ser na forma do **ITEM 7** deste edital, mesmo que contenha restrição.
- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não-regularização da documentação, no prazo de 05 (cinco) dias previsto no §1º do Art. 43, da LC 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura **Contrato e/ou Autorização de Fornecimento (AF)**, ou revogar o Pregão.
- 3.3.2. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- a) Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 3.3.3. Para efeito do disposto no Art. 44 da LC 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) mais bem classificada poderá, no prazo de 05 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela registrada no sistema como arrematante do certame, situação em que passará a condição de arrematante.
- b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do *caput* do Art. 44, da LC 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- d) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no *caput* do Art. 44 da LC 123/06, o registro do 1º. Classificado na **Ata de Registro de Preço (ARP)** será homologado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- e) O disposto no Art. 44 da LC 123/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 3.4. **Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:**
- 3.4.1. Estejam constituídos sob a forma de **CONSÓRCIO**;
- 3.4.2. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária de contratar com a Administração Pública da União, Estados, Municípios e respectivas entidades da Administração Indireta.
- 3.4.3. Empresas declaradas inidôneas em qualquer esfera da Administração Pública;
- 3.4.4. Estejam sob falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, dissoluções ou liquidações;
- 3.4.5. Tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condução de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme art. 7º inciso XXXIII da Constituição Federal.
- 3.4.6. Tenham funcionário ou membro da CASAN, mesmo subcontratados, como dirigentes.

#### 4. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE COMPRAS ELETRÔNICAS

- 4.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País. O processo de credenciamento será iniciado pelo fornecedor, através do endereço **www.licitacoes-e.com.br**. Posteriormente, deverá comparecer pessoalmente, a uma das agências por ele indicada, do Banco do Brasil S.A., sediado no País, para comprovação das informações e recebimento da senha.
- 4.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelo telefone 3003 0500 Capitais e Regiões Metropolitanas e 0800 7290500 – Demais Localidades.
- 4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema deverá acontecer no prazo de até 03 (três) dias úteis antes do limite para apresentação das propostas iniciais.
- 4.3. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no **“Licitações-e”**.
- 4.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a CASAN ou ao Banco do Brasil S.A., a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

#### 5. DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

- 5.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Para cada Lote que desejar participar é obrigatório o licitante **preencher no sistema o campo “Valor Total do Lote”**, observadas as seguintes condições:
- 5.2.1. **O preço cotado deverá conter no máximo 02 (duas) casas decimais.**
- 5.2.2. O preço proposto para cada Lote deverá contemplar todos os encargos e despesas necessárias à entrega do objeto licitado.
- 5.2.3. No preço cotado deverá estar incluso todos os impostos, inclusive o ICMS no valor correspondente a **alíquota de 17%** (dezessete por cento).

- 5.3. **Para o correto envio de sua proposta o licitante deverá informar no campo “OBSERVAÇÕES ADICIONAIS”,** ou em arquivo anexo ao sistema, sob pena de desclassificação (para aquele que não fornecer o dado solicitado), as seguintes informações sobre o material ofertado:

**Lote 01:**

**a) INDICAÇÃO DO FABRICANTE (OU MARCA) E MODELO, POR ITEM DO ANEXO I – QUADRO DE PROPOSTA.**

Obs.: Deve-se indicar apenas um fabricante (ou marca) por item. Não será aceito a indicação de mais de um fabricante (ou marca) por item.

- 5.4. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

- 5.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital. O fornecedor será responsável formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante,

não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 5.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 5.7. O licitante poderá encaminhar no Sistema Eletrônico, caso julgue necessário, arquivo anexo através da opção DOCUMENTOS, em arquivos no formato zip-file (\*.zip), quando do envio da proposta de preços. O nome do arquivo deverá iniciar com a palavra Anexo (ex.: Anexo1.zip). O licitante poderá encontrar informações sobre este procedimento no Portal [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), Link Regras do Jogo, realizando o download da Cartilha do Fornecedor.
- 5.7.1. **Quando o arquivo a ser anexado exceder o limite de 500Kb, o licitante deverá fracionar em quantas partes forem necessárias, cada parte com no máximo 500Kb, e assim postar no site com o nome do anexo (ex.: Anexo1, Anexo2, ...)**
- 5.8. A validade de proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias** contados a partir da **data de abertura das propostas**.

## **6. DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO**

- 6.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do(a) pregoeiro(a) com a utilização de sua chave de acesso e senha.
- 6.2. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.
- 6.3. O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas para cada Lote, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
- 6.4. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.
- 6.6. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a) para cada Lote, sendo que somente estas participarão da fase de lance.
- 6.7. Classificadas as propostas, o(a) pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.8. No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.10. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.12. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do ofertante.
- 6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do(a) pregoeiro(a).
- 6.14. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.15. Após o encerramento da etapa de lances de sessão pública, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso para o Lote, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 6.16. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.17. No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

- 6.18. Quando a desconexão do(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, através de "Chat" do Pregão disponibilizado pelo site Licitações-e.
- 6.19. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.20. Encerrada a etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar para cada Lote quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação.

6.20.1. Para a correta aceitação de sua proposta o licitante, melhor classificado, deverá encaminhar após a fase de lances a proposta atualizada conforme modelo constante do **ANEXO I** e os documentos abaixo listados, via e-mail ([pregao@casan.com.br](mailto:pregao@casan.com.br)), deverá ainda entregar ao pregoeiro na sede da CASAN/MATRIZ, em até 03 (três) dias úteis AMOSTRA do produto ofertado, sob pena de desclassificação (para aquele que não fornecer o dado solicitado), sob pena de desclassificação (para aquele que não fornecer o dado solicitado):

**Lote 01:**

a) **APRESENTAR O CERTIFICADO DE HOMOLOGAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE, DO MESMO MODELO OFERTADO NA PROPOSTA.**

6.20.2. A Amostra deverá ser encaminhada e instalada pela Licitante, sendo analisada de acordo com todas as especificações técnicas e condições para realização de Testes de Qualidade, buscando identificar as exigências quanto à qualidade do produto, sob pena de desclassificação (para aquele que não atender ao solicitado).

6.20.3. As informações acima solicitadas serão submetidas à análise da **Equipe Técnica da CASAN**, que realizará o comparativo das especificações apresentada pela proponente com as especificações contidas no **ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA)** deste Edital.

6.20.4. As especificações servirão de parâmetro quando da entrega e instalação do equipamento.

6.21. A(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) Lote(s) encaminhará(ão) imediatamente após o encerramento da disputa, via e-mail ([pregao@casan.com.br](mailto:pregao@casan.com.br)) cópia dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ITEM 7) E A PROPOSTA DE PREÇOS** conforme modelo constante do ANEXO I. Os novos preços unitários devem ser calculados considerando-se o mesmo percentual de redução do valor do Lote após a fase de lances.

6.22. A(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) Lote(s) encaminhará(ão), **A PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ITEM 7)** em original ou cópia autenticada. Os documentos devem chegar ao endereço descrito no ITEM 1.5 em até 3 dias úteis, sob pena de eliminação do certame.

## **7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

A comprovação de habilitação do(s) licitantes(s), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da do art. 43 da Lei Complementar N° 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 6.204 de 05 de setembro de 2007, será realizada mediante a apresentação da documentação a seguir delineada.

Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Exceto, aqueles documentos emitidos em nome da Matriz com abrangência para todas as filiais.

Para as Certidões em que não constar prazo de validade será considerado o prazo de 60 dias de vigência, contadas da data de sua emissão.

### **7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

7.1.1. As participantes, em se tratando de sociedades comerciais deverão apresentar o respectivo Contrato Social e todas as suas alterações subsequentes, devidamente registrados no órgão de registro do comércio no local de sua sede, ou, o respectivo instrumento de consolidação contratual em vigor com as posteriores alterações, se houver;

7.1.2. As participantes, em se tratando de sociedades civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos constitutivos e todas as suas alterações subsequentes, em vigor, devidamente inscritos no Registro Civil (Cartório), acompanhados de prova da diretoria em exercício;



7.1.3. As participantes, em se tratando de sociedades por ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores;

7.1.4. O Certificado de Registro Cadastral (CRC) da CASAN, atualizado, poderá ser apresentado para fins de HABILITAÇÃO JURÍDICA **(ITEM 7.1)**.

## 7.2. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

7.2.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda.

7.2.2. Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.

7.2.3. Certidão Negativa de Débitos Estaduais.

7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais. No caso de Municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros.

7.2.5. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

7.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

## 7.3. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

7.3.1. As participantes deverão apresentar **Atestado(s) de Fornecimento** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando já ter fornecido no mínimo **50% (Cinquenta por cento)** do quantitativo de cada item do Lote licitado, pertinente e compatível com as **Especificações Técnicas** descritas no **ANEXO II**. O atestado deverá ser emitido em papel timbrado da emitente, datado, assinado, contendo preferencialmente as seguintes informações:

- a) O cumprimento do prazo de entrega;
- b) O quantitativo fornecido;
- c) A especificação técnica detalhada do produto.

## 7.4. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

7.4.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura das propostas.

## 7.5. **DECLARAÇÕES**

7.5.1. Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei 8.666/93 (**ANEXO III – MODELO 1**).

7.5.2. Declaração da Proponente de Cumprimento do Art. 7º Inciso XXXIII da Constituição Federal (**ANEXO III – MODELO 2**).

## 7.6. **MICROEMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**

7.6.1. Certidão expedida pela Junta Comercial comprovando a sua condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura das propostas.

7.6.2. A Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## 8. **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

8.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, observados os prazos para Execução dos Serviços, as especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país (Real), com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula.

8.2. **Encerrada a sessão de disputa, não serão aceitas propostas com preços superiores aos preços unitário e/ou global constantes do ANEXO I, sendo a empresa desclassificada.**

8.3. No julgamento das propostas, a CASAN se reserva o direito de solicitar esclarecimentos considerados pertinentes.

8.4. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.5. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital nem preços ou vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes.

- 8.6. Não será admitida proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando comprovado conforme disposto no artigo 44, § 3º, da Lei nº 8.666/93.
- 8.7. As propostas serão conferidas pela CASAN para determinar erros aritméticos nas operações. Os erros serão corrigidos da seguinte forma:
- a) Quando houver discrepância entre os valores unitários e os totais, resultante de erro de multiplicação de quantidade por valores unitários, prevalecerão os preços unitários, sendo o valor total corrigido.
- 8.8. Será considerada vencedora da licitação a proponente que apresentar a proposta de acordo com as condições do Edital e ofertar Menor Preço por **Lote**, antes da equalização do ICMS, e após a realização de lances e classificação.
- 8.9. Nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. O critério de desempate corresponde àquelas situações em que as propostas ou os lances apresentados durante a disputa em sala virtual pelas **ME** ou **EPP** sejam iguais ou até **5%** (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada após a disputa em tempo randômico na sala virtual de disputa, respeitado o disposto no **SUBITEM 3.3.3** do edital.
- 8.10. Se a proposta para o Lote não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.11. Quando constatado pelo Pregoeiro preços inexequíveis, será requisitado à licitante, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a apresentação de planilha e/ou documentos que comprove os custos dos insumos utilizados.
- 8.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor do Lote.

#### 8.13. DAS AMOSTRAS

- 8.13.1. As Amostras apresentadas, conforme estabelece o **item 6.20.1, 6.20.2 e 6.20.3** do Edital, serão submetidas à análise da Equipe Técnica da CASAN, que realizará o comparativo das especificações apresentada pela proponente com as especificações contidas no **ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA)** deste Edital.
- 8.13.2. As amostras servirão de parâmetro quando da entrega do material.
- 8.13.3. As Amostras apresentadas e aprovadas não serão computadas para efeitos de quantitativos adquiridos.
- 8.13.4. As amostras rejeitadas restarão em desclassificação da empresa no lote em análise, restando a próxima licitante, melhor classificada, na apresentação de amostra no prazo de até 3 (três) dias úteis após ser convocada, nos mesmos termos estabelecidos no **item 6.20.1**.
- 8.13.5. As licitantes que tiverem sua(s) amostra(s) rejeitada(s) terão o prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após a publicação do resultado da licitação em Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, para retirá-la(s), junto a Gerência de Licitações. O não comparecimento para retirada da(s) amostra(s) no prazo estipulado acima, implicará na desistência da mesma, ficando a cargo da CASAN dar o melhor destino a esta(s).

#### 9. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 9.1. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal.
- 9.2. O prazo de impugnação do Edital será de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública. No citado prazo, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.
- 9.3. Caberá ao(a) pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, decidir sobre a impugnação.
- 9.4. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

#### 10. RECURSOS

- 10.1. O interesse do licitante em interpor recurso deverá ser manifestado por intermédio do sistema eletrônico, no lote pelo qual o proponente está participando, até 24 horas após a "Declaração do Vencedor". No prazo de até 03 (três) dias após a manifestação, o recurso deverá ser encaminhado pelo correio para o endereço indicado no **ITEM 16** deste Edital, com cópia digitalizada para o e-mail [pregao@casan.com.br](mailto:pregao@casan.com.br). Ficarão os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões na mesma forma citada acima em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

- 10.2. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.3. No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.4. Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 10.5. Os recursos contra decisões do(a) Pregoeiro(a) não terão efeito suspensivo.
- 10.6. Os recursos deverão ser endereçados ao(a) Pregoeiro(a).

## 11. HOMOLOGAÇÃO

- 11.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Diretoria Executiva da CASAN homologará o resultado do procedimento licitatório.

## 12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

### 12.1. DA ASSINATURA DA ATA

- 12.1.1. Após a homologação da licitação será formalizada a **ARP** conforme modelo (**ANEXO IV**) deste Edital, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado, e registrando em Ata os demais classificados, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos, de forma que ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários, para que quando não atingida à quantidade total estimada do lote assumir o quantitativo remanescente.
  - 12.1.1.1. Na hipótese da 1ª colocada não atender a convocação para o fornecimento e não apresentar justificativa porque não o fez, a Administração convocará a segunda empresa classificada e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.
  - 12.1.2. A **ARP** não obriga a CASAN a firmar contratação na quantidade estimada, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.
  - 12.1.3. O licitante vencedor será convocado para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, a assinar a **ARP** a ser lavrada na CASAN.
  - 12.1.4. O prazo para assinatura da **ARP** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso, e ocorra motivo justificado e aceito pela CASAN.
  - 12.1.5. Na assinatura da ata será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante sua vigência.
  - 12.1.6. A **ARP** deverá ser assinada por representante(s) legal(is), credenciado(s), diretor(es) ou sócio(s) da(s) empresa(s), devidamente acompanhado(s) respectivamente, de procuração, contrato social e cédula de identificação.
  - 12.1.7. Na hipótese do não atendimento à convocação para assinatura da **ARP** ou havendo recusa em fazê-lo, a empresa em questão será desclassificada, sem prejuízo das sanções previstas no **ITEM 15** deste ato convocatório, e fica facultado à CASAN proceder a reclassificação das propostas e convocar os licitantes remanescentes, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a **ARP**.
  - 12.1.8. **O PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS É DE 365 (Trezentos e Sessenta e Cinco) DIAS.**
  - 12.1.9. O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em meio eletrônico no site [www.casan.com.br](http://www.casan.com.br), "licitações" durante a vigência da **ARP**.
  - 12.1.10. A CASAN, através da **Gerência de Licitações - GLI** monitorará os preços dos produtos, de forma a avaliar o preço praticado no mercado. Em nenhuma hipótese, os preços registrados poderão ultrapassar os praticados no mercado.
    - 12.1.10.1. Independentemente de solicitação, a CASAN poderá convocar o Fornecedor, durante a vigência da ATA, para negociar a redução dos preços registrados, em virtude de redução dos preços de mercado.
    - 12.1.10.2. A critério da CASAN, o item poderá ter seu registro cancelado por ser considerado economicamente desequilibrado, em função de significativa variação de mercado.



**12.1.11.** Será considerado preço de mercado o que for igual ou inferior à média daqueles apurados pela CASAN para o objeto pesquisado.

**12.1.12.** A **ARP** deverá ser assinada por representante(s) legal(is), credenciado(s), diretor(es) ou sócio(s) da(s) empresa(s), devidamente acompanhado(s) respectivamente, de procuração, contrato social e cédula de identificação.

## **12.2. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

**12.2.1.** A efetiva contratação formalizar-se-á, quando da necessidade da CASAN, mediante a assinatura de instrumento particular de contrato, ou instrumento substitutivo equivalente, sendo parte integrante do mesmo, como se transcritos estivessem, o presente Edital, os documentos, proposta e informações apresentadas pelo Licitante vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação.

**12.2.2.** Quando da necessidade da CASAN e após a assinatura da ATA de REGISTRO de PREÇOS, a CASAN convocará o Detentor da ATA para assinar o Termo de Contrato, ou instrumento substitutivo equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, sob pena de decair o seu direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **ITEM 15** deste ato convocatório.

**12.2.2.1.** No ato da assinatura do contrato, o representante legal da empresa adjudicatária deverá entregar a GLI/DICON, cópia atualizada do Contrato Social e procuração com poderes para firmar contrato, bem como, quando exigido, comprovante do recolhimento de garantia contratual equivalente a 5% do valor do contrato, nos termos da Cláusula de **GARANTIA** da Minuta do Contrato.

**12.2.3.** A empresa convocada poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegada justo motivo, condicionado o atendimento do requerido, à aceitação dos motivos pela CASAN.

**12.2.4.** Havendo recusa injustificada por parte do Licitante vencedor, de assinatura do contrato, a CASAN cancelará a ATA vigente, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e neste Edital, e convocará os Licitantes remanescentes, obedecidas à ordem de classificação, para assinar nova ATA de Registro de Preços, desde que exista menção dos licitantes no interesse de registrar seu preço ao preço do primeiro colocado.

## **12.3. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP**

**12.3.1.** A **ARP** poderá ser cancelada de pleno direito, no todo ou em parte, nas situações previstas neste Edital, bem como em face de rescisão dos contratos decorrentes da **ARP**.

**12.3.2.** A CASAN poderá rescindir a **ARP**, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da DETENTORA da **ARP**;
- b) Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da DETENTORA DA **ARP**;
- c) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 da Lei 8.666/93;
- d) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato ou instrumento equivalente.
- e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, não aceitando a DETENTORA da **ARP**, reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- f) Sempre que ficar constatado que a DETENTORA da **ARP** perdeu qualquer das condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

**12.3.3.** A comunicação da exclusão da DETENTORA da **ARP** será feita por correspondência com aviso de recebimento ou por meio de publicação no Diário Oficial do Estado, juntando-se o comprovante dos autos que deram origem a **ARP**.

**12.3.4.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da DETENTORA da **ARP** a comunicação da exclusão será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

## **13. DO CONTRATO**

### **13.1. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**13.1.1.** O prazo de execução do contrato será de **90 (Noventa) dias corridos**, a partir da data de assinatura do contrato, ou instrumento substitutivo equivalente, emitido pela Divisão de Convênios e Contratos da CASAN, podendo ser prorrogado na ocorrência de um dos motivos legais previstos no art. 57 da Lei 8.666/93, na forma em vigor.

**13.1.2.** O objeto da presente licitação será solicitado **CONFORME A NECESSIDADE DA CASAN** através de **Autorização de**

**Fornecimento (AF)**, e deverá ser entregue e instalado nos **endereços constantes no item 6 do Termo de Referência – Anexo II**.

- 13.1.3.** O objeto da licitação deverá ser executado e concluído em até **90 (Noventa) dias** após recebimento da **Autorização de Fornecimento (AF)** emitida pela CASAN, sendo que o mesmo deverá ser adimplido de forma integral.
- 13.1.4.** O transporte e o descarregamento no(s) local(is) determinado(s) pela CASAN – é integralmente de responsabilidade da contratada, devendo disponibilizar pessoal suficiente e com os EPI's compatíveis com o material/equipamento a ser descarregado, em conformidade com a legislação de segurança do trabalho vigente. Estas operações devem ser realizadas de maneira que preserve a integridade do material/equipamento, sendo que para o descarregamento de unidades que não possam ser descarregadas manualmente, como por exemplo, tubulações com diâmetros a partir de 200 mm, a contratada deverá obrigatoriamente dispor, no momento do descarregamento, de todos os equipamentos necessários à execução deste procedimento (guindastes, munc, empilhadeiras, etc...).
- 13.1.5.** A CONTRATADA deverá entregar o material e executar os serviços de acordo com as especificações estabelecidas nos **ANEXOS I e II**, constante da proposta comercial, obrigando-se a substituir aqueles que não estiverem em conformidade com as especificações da CASAN, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data de notificação, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.
- 13.1.6.** O material e serviço objeto deste Pregão serão recebidos:
- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações deste Edital e seus Anexos;
  - b) Definitivamente, em até 10 dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo circunstanciado, emitido pela Divisão de Inspeção e Controle e Qualidade de Materiais (DICQM), após vistoria e verificação da qualidade que comprove a adequação do objeto aos termos do Edital, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- 13.1.7.** De comum acordo poderá a CASAN aceitar a designação de técnico(s) para acompanhar os testes realizados durante as etapas de fabricação, e/ou realizarem inspeção, quando possível e recomendável, nas próprias instalações do fabricante.
- 13.1.8.** O Controle de Qualidade da CASAN tem um prazo de até 10 dias para inspecionar o material e/ou equipamento recebido. Ocorrendo rejeição, total ou parcial, dos mesmos, pelos critérios de aceitação ou rejeição previstos, a nota fiscal ficará retida até a regularização da desconformidade por parte do fornecedor.
- 13.1.9.** Quando for constatada divergência, a contratada fica responsável em recolher todo o lote do material, correndo por sua conta as despesas de embalagens, transporte, seguros, frete, etc. Se a Contratada não retirar os materiais no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da notificação, a CASAN se reserva o direito de cobrar taxa de armazenagem de 0,5% (cinco décimos percentuais) por dia, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato.
- 13.1.10.** Os serviços somente serão recebidos se executados em conformidade com as especificações estabelecidas no **ANEXO II (Termo de Referência)**, e demais especificações e exigências do presente edital e após atestado pelo Fiscal do Contrato.
- 13.1.11.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.
- 13.1.12.** A contratada deverá oferecer garantia e assistência técnica sem ônus a contratante pelo período de 36 (Trinta e Seis) meses.
- 13.1.5.** **NÃO** será permitida a SUBCONTRATAÇÃO do objeto do Contrato.

## **13.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 13.2.1.** A empresa contratada deve entregar o equipamento acompanhado de manuais e ainda todos os acessórios de instalação e fixação.
- 13.2.2.** A contratada deverá entregar Banco de Dados com suporte ao tamanho da base de pelo menos 1 TB, licenças associadas perpétua e de responsabilidade da contratada e deverão estar inclusas no objeto entregue, caso sejam necessárias.

- 13.2.3.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CASAN e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.
- 13.2.4.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da CASAN, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Edital.
- 13.2.5.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- 13.2.6.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**13.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 13.3.1.** Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nas condições estabelecidas no Edital.

**14. DO PAGAMENTO**

- 14.1.** O prazo de pagamento é de **30 (trinta) dias** após o aceite das Notas Fiscais. Caso forem detectados problemas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos entregues, verificados pelo Controle de Qualidade, o prazo de pagamento iniciará sua contagem após a regularização, ou seja, a entrega dos materiais e/ou equipamentos substituídos.
- 14.2.** Os pagamentos devidos pela CASAN serão liquidados através de crédito em conta corrente do favorecido, na Caixa Econômica Federal – CEF.
- 14.2.1.** Nos Municípios onde não estiverem instaladas Agências da CEF, os pagamentos devidos poderão ser realizados através do Banco do Brasil – BB, ou, na falta deste, em qualquer Instituição Privada.
- 14.3.** A CASAN não efetuará o pagamento de títulos descontados ou através de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros através de operação de “factoring”.
- 14.4.** No ato do pagamento, se houver sido imposta qualquer multa o valor correspondente será deduzido da quantia devida.
- 14.5.** Será exigida do Licitante vencedor, quando da apresentação das faturas, a apresentação da Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, também, a Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual do Estado sede da empresa que não possuir estabelecimento em Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº 3.650 de 27 de maio de 1993, com as alterações, do Decreto Estadual nº 3.884 de 26 de agosto de 1993, em seu original ou em cópia autenticada por cartório. Os documentos apresentados em cópia não autenticada poderão ser autenticados por funcionário da CASAN, mediante apresentação dos originais.
- 14.5.1.** A não apresentação dos documentos exigidos no **SUBITEM 14.5** implicará automaticamente, na suspensão do pagamento das faturas.
- 14.5.2.** Será dispensada a apresentação de nova Certidão Negativa quando ocorrer outro pagamento dentro do prazo de validade da Certidão Negativa anteriormente apresentada.
- 14.6.** A CASAN pagará por eventuais atrasos de pagamento, encargos financeiros, conforme o disposto no artigo 117, caput, da Constituição Estadual/SC.
- 14.7. CONDICIONAMENTO LIBERATÓRIO DO PAGAMENTO**
- 14.7.1.** O pagamento da fatura mensal, quando nesta couber a Retenção para a Previdência Social – INSS, só será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos abaixo elencados:
- a)** Guia de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social – GFIP; por contrato, identificando o tomador dos serviços; e o protocolo de envio do arquivo da Conectividade Social.
  - b)** Nominata dos empregados da empresa, indicando o número da carteira de trabalho, CNPF e carteira de identidade.
  - c)** Guia da Previdência Social - GPS (sobre a folha de pagamento).
  - d)** Comprovante de pagamento dos salários e obrigações trabalhistas.
  - e)** Laudos referentes ao artigo 291 da Instrução Normativa nº 971 de 13 de novembro de 2009 da Receita Federal do Brasil.

**14.8.** A contratada deverá observar no corpo da nota fiscal, quando couber a retenção para a seguridade social, destacando no corpo da mesma a base de cálculo, o valor a ser retido, e a alíquota, conforme Art. 126 da Instrução Normativa nº 971 de 13/11/09 da Receita Federal do Brasil, sendo que para esta licitação o valor previsto da **mão de obra** é estimado em **R\$ 233.195,52 (25,76%)** e para **materiais e equipamentos** o valor estimado é de **R\$ 672.000,00 (74,24%)**.

**14.9. DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL (ISS)**

- a) Quanto ao Imposto Sobre Serviço – ISS, este será retido na fonte por Substituição Tributária, em cumprimentos a Lei Complementar da Presidência da República nº 116, de 31 de Julho de 2003, em consonância com a Lei Complementar dos municípios de Santa Catarina.
- a1) Para as notas fiscais de prestação de serviço emitidas pelo município em que ocorreu a prestação do serviço, deve ser apresentado o comprovante do recolhimento do ISS
- b) A não apresentação do que exige a alínea “a1”, o tomador dos serviços fará a retenção na fonte e repassará ao município correspondente.
- c) O prestador deverá discriminar na nota fiscal de prestação serviços, as seguintes informações: Município da prestação do serviço, Código do serviço conforme Lista de Serviço anexa à Lei Complementar da Presidência da República nº 116, de 31 de Julho de 2003, Alíquota (%) e Valor do ISS.

**15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 15.1.1.** A empresa que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, e ainda será descredenciada do sistema de cadastramento da CASAN, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 15.1.2.** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes franqueada vista ao processo.
- 15.1.3.** Conforme o caso poderão ser aplicadas as seguintes Sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados:
  - a) Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
  - b) Multa de 0,2% (dois décimos percentuais) por dia de atraso no cumprimento da execução do contrato, até o limite de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal e de reajuste, se houver.
  - c) Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a CASAN pelo prazo de até 05 (cinco) anos, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- 15.1.4.** A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 15.1.5.** A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, conforme previsto no art. 90 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e implicará na aplicação de sanções e penalidades estabelecidas na referida Lei e suas alterações posteriores, garantido o direito ao contraditório e defesa.
- 15.1.6.** Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da conclusão dos Serviços, advir de caso fortuito ou motivo de força maior, ambos aceitos pela CASAN.
- 15.1.7.** Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei 8.666/93.

**16. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS**

- 16.1.** Observando o prazo de até **02 (dois) dias** úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer interessado poderá formular consultas por e-mail, informando o número e objeto da licitação.
- 16.1.1. Contato: Gerência de Licitações**  
E-mail: [pregao@casan.com.br](mailto:pregao@casan.com.br)  
Telefone: (48) 3221-5211

**Endereço:** Rua Emílio Blum nº 83 - 1º Andar - Centro - Florianópolis, CEP 88020-010.

## **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 17.1.** Antes da elaboração das propostas, os interessados deverão analisar todos os elementos que compõem o presente Edital. No caso de eventuais dúvidas poderão requerer, por e-mail ([pregao@casan.com.br](mailto:pregao@casan.com.br)) à CASAN, os esclarecimentos necessários em até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, os quais serão decididos pelo Pregoeiro(a) no prazo de 24 horas antes da abertura da sessão, publicados através do site [www.casan.com.br](http://www.casan.com.br) e [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).
- 17.2.** A CASAN reserva-se ao direito de modificar, anular ou revogar a licitação, no todo ou em parte, resguardada os limites do artigo 49, caput, da Lei 8.666/93 e seus parágrafos, bem como por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A CASAN poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 17.3.** É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele(a) superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 17.4.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.5.** As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, respeitado o disposto no §1 do Art. 109 da lei 8.666/93.
- 17.6.** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a) a luz da legislação pertinente.
- 17.7.** A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 17.8.** Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:
- |           |  |
|-----------|--|
| ANEXO I   | PLANILHA DE PREÇO - MODELO DE PROPOSTA DETALHADA |
| ANEXO II  | TERMO DE REFERÊNCIA                              |
| ANEXO III | DECLARAÇÕES                                      |
| ANEXO V   | MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS                 |
| ANEXO IV  | MINUTA CONTRATUAL                                |
- 17.9.** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado o(a) Pregoeiro(a).

**Florianópolis, 26 de maio de 2017.**

**Arnaldo Venício de Souza**  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

**Sabrina de Abreu**  
**PREGOEIRA**





**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE RELÓGIO PONTO ELETRÔNICO**

**Objeto**

Aquisição de 128 registradores de pontos eletrônicos – REP com software de gerenciamento, que atenda a portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vigente.

**1. RELÓGIO PONTO – CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS**

- 1.1. Display com luz de fundo sempre ativo;
- 1.2. Deve possuir um teclado de 12 teclas, padrão telefônico e sinalização auditiva de marcação com sucesso ou insucesso.
- 1.3. Deve possuir 2 portas USB: Fiscal e Comunicação.
- 1.4. Deve utilizar as tecnologias de códigos de barras, biometria e mifare;
- 1.5. Dados técnicos do sensor biométrico:
  - a. Taxa de taxa de falsa rejeição 0.00001%
  - b. Taxa de falso aceite 0.00001%
  - c. Detector de dedo vivo – LFD
- 1.6. Sistema de impressão em papel térmico de todos os registros de ponto.
- 1.7. A impressão no ticket deverá ter a durabilidade mínima de 5 anos no papel indicado.
- 1.8. Deve possuir sistema de guilhotina que garante o corte correto dos tickets.
- 1.9. Impressão do ticket do funcionário em no máximo 2 segundos.
- 1.10. Deve possuir proteção contra curto-circuito.
- 1.11. Possuir sistema de impressão em papel térmico com capacidade de imprimir no mínimo 6000 comprovantes em uma única bobina.
- 1.12. Compartimento da bobina de papel de fácil acesso e protegido.
- 1.13. Possuir sistema de detecção de fim de papel, que sinaliza que está acabando o papel e bloqueia o funcionamento do equipamento quando do final do papel.
- 1.14. MRP - memória de registro de ponto – características técnicas mínimas:
  - a. Protegida por material antichamas
  - b. Atender ao grau de proteção IP54
  - c. Capacidade de armazenamento de 4,5 milhões de registros ponto por um período de 5 anos mesmo com o equipamento desligado.
  - d. Não permitir alterações e exclusões
  - e. Capacidade de no mínimo 3.000 usuários, com duas impressões digitais cada.
- 1.15. Acerto automático de início e fim do horário de verão.
- 1.16. Possuir calendário perpétuo.
- 1.17. Possuir no-break que mantenha data e hora em caso de falta de energia por pelo menos 2 (duas) horas.
- 1.18. Possuir dispositivo de segurança que impeça o acesso de terceiros ao interior do equipamento.
- 1.19. Possuir dispositivo de segurança que bloqueia o funcionamento do equipamento em caso de tentativa de violação.
- 1.20. Deve possibilitar a utilização de arquivos AFD.
- 1.21. Deve demorar no máximo 40 minutos para coletar o arquivo AFD via USB, segundo orientação do MTE.
- 1.22. Deve possuir USB externa, para captura dos dados armazenados na MRP de uso exclusivo pelo auditor-fiscal do trabalho.
- 1.23. Deverá disponibilizar o cadastro dos dados do empregador.
- 1.24. A rede de coletores REP deverá ser interligado via TCP/IP a um software de gerencia de coletores de forma on-line, independente de softwares de terceiros.
- 1.25. A comunicação do relógio com o software de gerenciamento poderá ser realizada utilizando rede corporativa do tipo LAN ou MPLS.
- 1.26. No modo off-line, ou seja, quando o relógio não tem ligação direta – LAN ou indiretamente – Internet, o relógio será capaz de receber os cadastros de usuários incluindo biometria que estão armazenados no sistema de gerenciamento. Também será capaz de exportar os arquivos AFD.
- 1.27. A comunicação on-line do relógio deverá permitir ser realizada através de um link de internet com ip dinâmico, mesmo que o relógio esteja atrás de uma Network address translation – NAT. A CASAN disponibilizará um número IP fixo e

público para o sistema de gerenciamento e fará os redirecionamentos de portas TCP/UDP caso necessário para a aplicação. O relógio será capaz de receber configurações e os cadastros de usuários incluindo biometria que estão armazenados no sistema de gerenciamento. Também será capaz de exportar os arquivos AFD.

- 1.28. O equipamento deve vir acompanhado de manuais e ainda todos os acessórios de instalação e fixação.
- 1.29. Deverá ser comprovado na entrega que os produtos ofertados atendem as normas técnicas ABNT ISO 9001 quanto ao sistema de gestão de qualidade na fabricação e assistência técnica.
- 1.30. Deverão ser fornecidas 6 bobinas de papel, por equipamento, com a característica máxima do equipamento.
- 1.31. Deve ser fornecido com fonte de alimentação bivolt automática de 100 a 240 volts.
- 1.32. O equipamento entregue deverá estar em conformidade com a portaria MTE 1510 e/ou Inmetro nº 595/2013 caso esteja em vigor.

## 2. SOFTWARE GERENCIAMENTO

Software para gerenciamento, integração, coleta de dados e cadastro de biometria com as seguintes características:

- 2.1. Ser uma solução única, de um único fornecedor, e possuir integração nativa entre todos os módulos funcionais inclusive entre as ferramentas de tecnologia, sem necessidade de execução de rotinas (automáticas ou não) para compatibilização de dados e sem necessidade de redundância de processos.
- 2.2. A solução de software deve ser adquirida globalmente com os relógios de ponto, devendo para uma maior segurança do Sistema e perfeita integração entre as partes envolvidas, possuir o mesmo fabricante de Hardware e desenvolvedor do Software, devidamente comprovado em seu ato constitutivo, estatuto ou contrato social, evitando assim repasse de responsabilidades que venham a prejudicar a contratante.
- 2.3. Os REP's deverão comunicar-se com o SISTEMA DE GERENCIAMENTO de forma automatizada através de interface para troca de dados entre os equipamentos e sistema de ponto.
- 2.4. Permitir integração com sistemas de RH como, por exemplo, através de web services, API, diretamente no banco de dados ou arquivos de troca de dados, sem custo para a CONTRATANTE.
- 2.5. Quando cadastradas pelos equipamentos REP, as biometrias deverão ser enviadas e armazenadas de forma automática ao sistema de gerenciamento.
- 2.6. O sistema de gerenciamento deverá enviar a biometria para outros equipamentos que possuam a pessoa ligada para marcação de ponto.
- 2.7. Sistema de gerenciamento deve permitir acessos ilimitados e simultâneos.
- 2.8. O Sistema de gerenciamento deve possuir um cadastro único de pessoas.
- 2.9. O Sistema de gerenciamento deve garantir o backup e a restauração dos dados.
- 2.10. O servidor deverá ser executado em plataforma Windows Server ou Linux (RED HAT/Oracle Linux/Ubuntu Server).
- 2.11. O Sistema de gerenciamento poderá ser executado em ambiente virtualizado com vmware esxi.
- 2.12. Banco de Dados com suporte ao tamanho da base de pelo menos 1 TB, licenças associadas perpétua e de responsabilidade da CONTRATADA e deverão estar inclusas no objeto entregue, caso sejam necessárias.
- 2.13. O Sistema de gerenciamento e o banco de dados poderão ser executados no mesmo equipamento físico ou máquina virtual.
- 2.14. A interface de gerenciamento deverá ser compatível com Windows Desktop, Windows Server no modo Terminal Server ou ser operada via Web.
- 2.15. Deve possuir consultas "on-line" do estado de todos os equipamentos.
- 2.16. Deve ser multiusuário, permitindo a realização de tarefas concorrentes.
- 2.17. Deve suportar diferentes perfis de usuário.
- 2.18. Deve exibir eventuais erros ou indisponibilidades que impeçam sua correta operação como:
  - a. Pouco papel;
  - b. Fim papel;
  - c. Conexão de pendrive na porta USB fiscal;
  - d. Equipamento violado;
  - e. Solicitação de relatório fiscal das últimas 24 horas;
  - f. Conectividade;
  - g. Falta de energia elétrica;

## 3. SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E GARANTIA

- 3.1. A garantia será prestada na CASAN MATRIZ, cito Rua emílio Blum 83 – Florianópolis – SC.
- 3.2. Os LOCAIS DE INSTALAÇÃO estão definidos em anexo.
- 3.3. A CASAN se responsabilizará pelo transporte do local de instalação até a matriz.

- 3.4.** A CONTRATADA deverá oferecer garantia e suporte e assistência técnica sem ônus a CONTRATANTE pelo período de 36 meses.
- 3.5.** As aberturas de chamados técnicos poderão ser realizadas via web ou número telefônico 0800.
- 3.6.** Todo e qualquer atendimento/serviço serão realizados em dias úteis, nos horários compreendidos entre as 9 e 17 horas e somente através de chamado técnico aberto previamente.
- 3.7.** Atualizações de software (dos softwares fornecidos pela fabricante), devem estar inclusos na garantia.
- 3.8.** O tempo de solução dos problemas do equipamento na garantia deverá ser de no máximo de 15 dias úteis para troca da memória MRP e 3 dias úteis para as demais peças, contado após a CONTRATADA ter acesso ao mesmo, no local da execução da garantia.
- 3.9.** A garantia deverá ser prestada pela fabricante ou sua rede de assistência técnica autorizada.
- 3.10.** A garantia de hardware prevê a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, mesmo que as falhas sejam decorrentes de desgaste, sem ônus para a licitante.
- 3.11.** Os custos da manutenção e substituição de peças e de equipamento é inteira responsabilidade da CONTRATADA.
- 3.12.** Correção de eventuais falhas do SISTEMA, substituindo por cópia corrigida.
- 3.13.** A atualização das funções, com relação as variáveis alteradas por legislação, ou quaisquer outras causas externas de origem de atos do Governo Federal, Estadual e Municipal. A empresa Contratada poderá solicitar ao CLIENTE o envio da documentação da legislação pertinente. Ficam excluídas das atualizações aqui pactuadas obrigações assumidas pelo CLIENTE por legislação tributária e trabalhista junto a Sindicatos, Associações e Estatutos das organizações públicas e privadas.
- 3.14.** A atualização tecnológica do "SISTEMA", fornecendo as novas versões disponibilizadas com alterações, acréscimos de rotina ou melhoria de desempenho.
- 3.15.** Não estão contempladas na garantia as falhas ocasionadas por utilização inadequada, vandalismo, ou que sejam decorrentes de problemas relacionados à rede de computadores ou banco de dados e que provoquem a reinstalação do sistema, energia elétrica, papel de má qualidade e descargas atmosféricas.

#### **4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

- 4.1.** Os materiais deverão ser novos e sem utilização anterior, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam a sua usabilidade, devendo apresentar-se nas embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega.

#### **5. SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E ATIVAÇÃO.**

- 5.1.** A empresa CONTRATADA (fornecedora) deve possuir e utilizar metodologia própria para orientar e controlar o processo de implantação do sistema, contemplando no mínimo as seguintes fases: instalação dos produtos básicos, treinamentos, acompanhamento da parametrização, migração de dados atuais e históricos, acompanhamento da execução de paralelos e acompanhamento da entrada em produção.
- 5.2.** Fornecer treinamento técnico, a respeito do sistema ofertado, em especial das ferramentas de tecnologia disponibilizadas pelo sistema, aos profissionais da área de Informática do Contratante. Todos os recursos e materiais para o mesmo devem ser fornecidos pela empresa CONTRATADA, sem qualquer custo para o Contratante.
- 5.3.** Fornecer treinamento funcional e operacional, a respeito do sistema ofertado, aos profissionais das diversas áreas do Contratante. Todos os recursos e materiais para o mesmo devem ser fornecidos pela empresa CONTRATADA, sem qualquer custo para o Contratante.
- 5.4.** Todos os treinamentos devem ser realizados nas instalações e locais definidos pelo Contratante.
- 5.5.** A infraestrutura necessária aos treinamentos (sala, estações de trabalho, conexões de rede, projetor, flip-chart, etc) será fornecido pelo Contratante.
- 5.6.** A infraestrutura necessária ao processo de implantação (sala, mesas, cadeiras, estações de trabalho para os consultores da empresa CONTRATADA, conexões de rede, telefone, etc.) será fornecida pelo Contratante.
- 5.7.** Os custos de treinamento, exceto os listados, são de responsabilidade do Contratante, serão por conta da empresa CONTRATADA.
- 5.8.** Deverá ser previsto o cadastramento das biometrias em leitora externa ou através do próprio REP.
- 5.9.** Acoplamento do sistema de gerenciamento com sistema de apuração de ponto eletrônico da CONTRATANTE.
- 5.10.** Os materiais e mão de obra de instalação dos coletores devem estar contemplados pela licitante em seu preço.
- 5.11.** Os serviços de instalação e configuração e ativação deverão ocorrer de acordo com os locais e quantidades definidos no item 6.
- 5.12.** Os equipamentos ofertados devem contemplar sua instalação física e lógica, sua ativação, configuração e testes para garantir o seu pleno funcionamento, conforme o escopo mínimo abaixo:

**5.13.** Será responsabilidade da CONTRATADA instalar física e logicamente os aparelhos bem como os materiais e acessórios (cabos, tomadas, patch painel, canaletas, dutos, quadro de comandos, etc) necessários para a instalação dos equipamentos.

**5.14.** A instalação, poderá ser utilizando eletrodutos já instalados na parede internamente, ou canaletas externas, de forma que os fios e cabos fiquem protegidos e não aparentes;

**5.15.** Caso, no local de instalação do REP não haja ponto elétrico e/ou lógico, deve ser feita a instalação dos mesmos, com o fornecimento e instalação de pequenos trechos de infraestrutura de eletrodutos PCV 1/2", para o adequado abrigo dos cabos elétricos de alimentação e rede lógica até o equipamento, desde o ponto de derivação da rede elétrica, que poderá ser o quadro de distribuição, tomada ou caixa de passagem próxima. O ponto de derivação da rede elétrica e a infraestrutura a ser executada deverá ter a anuência da CASAN.

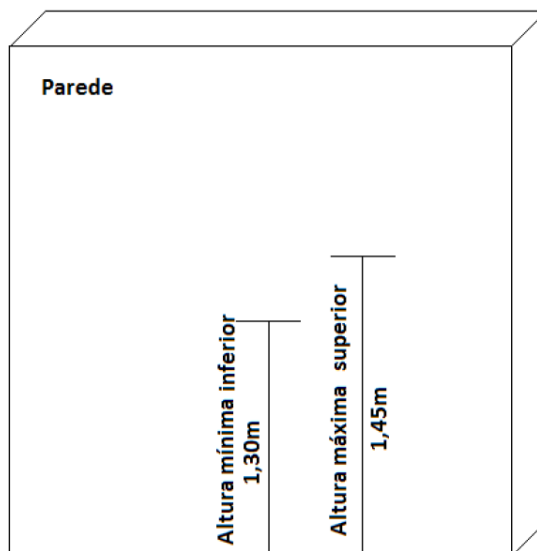
**5.16.** Além dos eletrodutos deve ser previsto o fornecimento e instalação de cabos elétricos, em seção 2,5mm<sup>2</sup>, nas cores vermelho, azul e verde, para fase, neutro e terra, respectivamente.

**5.17.** Para cada instalação deve ser levado em consideração a lista de materiais a seguir:

- a. Haste para aterramento compatível com o equipamento
- b. 5 metros de eletrodutos PCV 1/2" para os cabos elétricos
- c. 5 metros de eletrodutos PCV 1/2" para o cabo lógico
- d. Poderá ser utilizado em substituição aos eletrodutos ou canaleta de alumínio dupla tipo "C" de 25mm
- e. 5 metros de cabo elétrico, em seção 2,5mm<sup>2</sup>, na cor vermelho
- f. 5 metros de cabo elétrico, em seção 2,5mm<sup>2</sup>, na cor azul
- g. 5 metros de cabo elétrico, em seção 2,5mm<sup>2</sup>, na cor verde
- h. 5 metros de cabo de par trançado devidamente crimpado
- i. Uma tomada elétrica
- j. Uma tomada de rede lógica

**5.18.** Caso o nobreak do REP seja externo, os cabos entre ele e o relógio devem estar em um eletroduto ou canaleta, protegendo os cabos sem deixá-los aparentes;

**5.19.** A altura mínima da borda inferior da biometria deve estar a 1,30m (um metro e trinta centímetros) e a altura máxima da borda superior da biometria deve ser de 1,45m (um metro e quarenta e cinco centímetros), conforme a figura;



**Figura 1**

**5.20.** A instalação deve prever uma forma de retirar o relógio da parede e desconectar eletricamente o mesmo para que possa ser transportado, porém protegendo as conexões para que não fiquem sempre aparentes;

**5.21.** Todos os materiais fornecidos deverão ser novos e sem uso.

**5.22.** Não será admitida, em hipótese alguma, a passagem de cabos por fora das eletrocalhas, canaletas ou eletrodutos devendo o proponente fornecer o que for mais adequado.

**5.23.** O cabeamento lógico não poderá ser feito no mesmo duto de circuitos de energia, tais como: alimentação de motores, iluminação de alta potência, reatores de lâmpadas fluorescentes, etc.



- 5.24.** Todas as conexões e derivações aparentes necessárias serão feitas com a utilização de acessórios apropriados, como por exemplo: emendas, tampas, curvas, joelhos, abraçadeiras etc.
- 5.25.** Todo o projeto, bem como sua execução, deverá seguir as recomendações das normas ABNT para cabeamento e instalações elétricas;
- 5.26.** A empresa que executar os serviços têm a obrigatoriedade de fornecer, ao final dos serviços, atestado assinado por pessoa credenciada no CREA, com seu número de registro, de que os serviços foram executados de acordo com as normas citadas.
- 5.27.** Quanto aos serviços de instalação, em se tratando de demolições ou furos em paredes ou lajes, caso sejam necessários para execução/instalação, estes deverão ser realizados pela CONTRATADA. Além disso, após a execução, os materiais retirados deverão ser reinstalados, lajes/paredes reconstituídas e pintadas conforme estado original e entregues inteiramente limpas, além da CONTRATADA ficar responsável pela remoção de qualquer entulho proveniente dos referidos serviços.
- 5.28.** Os projetos uma vez elaborados deverão passar pela supervisão da Gerência de Informática -GIN e aprovação da contratante, a qual elaborará documento de aceite dos mesmos.
- 5.29.** A CASAN poderá solicitar o exame dos materiais a serem utilizados a qualquer momento e impugnar o seu emprego, quando em desacordo com as Especificações e/ou com as amostras previamente aprovadas.
- 5.30.** Obriga-se a detentora a retirar do recinto das obras os materiais porventura impugnados, dentro de 03 (três) dias úteis. Fica proibido manter no recinto das obras quaisquer materiais que não satisfaçam a estas Especificações.
- 5.31.** Materiais adicionais (Ex.: buchas e parafusos, fita adesiva, fita isolante, rebites, parafusos, etc.) necessários aos serviços de instalação integral do sistema, a partir da infraestrutura oferecida e que não estejam claramente especificados e cotados na proposta, serão considerados como parte integrante da proposta.
- 5.32.** Tarefas/configurações não contempladas referentes aos itens deste edital poderão ser solicitadas pela CASAN, no momento da instalação e configuração, desde que pertinentes ao objeto licitado.

## 6. RELAÇÃO DE LOCAIS E QUANTIDADES DE REPS A SEREM INSTALADOS:

**Relação de locais e quantidades de REPs a serem instalados:**

Superintendência	Lotação	Posto de trabalho	Nº de Empregados	Endereço de Instalação	Qtd
SRM	SRM/Ag. Ilhota	Agência	10	Rua Joleto Valgas, 22 – Centro – Ilhota – SC	1
SRM	SRM/Ag. Guabiruba	Agência	7	Rua Jose Fischer, 150 – Centro – Guabiruba – SC	1
SRM	SRM/AFLS/SEOPE/ETE Lagoa da Conceição	ETE	5	Rua Mandala – Lagoa da Conceição – Florianópolis - SC	1
SRM	SRM/AFLS/SEOPE/ETE Canasvieiras	ETE	7	Avenida Luiz Boiteux Piazza – Canasvieiras – Florianópolis – SC	1
SRM	SRM/AFLS/SEOPE/ETE Barra da Lagoa	ETE	5	Rodovia João Gualberto Soares – Barra da Lagoa – Florianópolis – SC	1
SRM	SRM/AFLS/SEOPE/ETE Saco Grande	ETE	2	Rodovia João Paulo – João Paulo – Florianópolis – SC	1
SRM	SRM/ASJE/SEOPE/ ETE Potecas	ETE	2	Rua Francisco Torquato da Rosa – Potecas – São José	1
SRM	SRM/AG. BOMBINHAS	ETA	5	Rua Rio Serra Negra, S/N – Zimbros – Bombinhas – SC	1
SRM	SRM/AG. PORTO BELO	ETA	5	Rua BR 101, KM/N – Sertão – Porto Belo – SC	1
SRM	SRM/AG. ILHOTA	ETA	5	Rua Isidoro Maes, S/N – Centro – Ilhota – SC	1
SRM	SRM/AG. GUABIRUBA	ETA	5	Rua José Dirschnabel, S/N – Centro – Guabiruba - SC	1
SRM	SRM/GOPS/SOMAG/ETA INGLESSES	ETA	9	Rua João Patrício, S/N – Ingleses – Florianópolis – SC	1
SRM	SRM/GOPS/SOMAG/LAGOA DO PERI	ETA	5	SC 406, 3235 – Armação Pantano do Sul – Florianópolis – SC	1
SRM	SRM/GOPS/R-1	ETA	5	Rua Major Costa, 558 – Centro – Florianópolis – SC	1
SRS	Bom Retiro	Escritório	4	Rua: João Teófilo Deucher - Nº 166 - Bairro: Centro - Bom Retiro - SC - CEP: 88.680.000	1
SRS	Braço do Norte	Escritório	13	Rua: Senador Raulino Horn - 182 - Bairro: Centro - Braço do Norte - SC - CEP: 88.750.000	1
		ETA	5	Rua: Clemente Coan - S/N - Bairro: Nossa Senhora de Fátima - Braço do Norte - CEP: 88750000	1
SRS	Correia Pinto	Escritório	8	Av: Tancredo Neves - 1045 - Bairro: Centro - Correia Pinto - SC - CEP: 88.535.000	1

		ETA	5	Rua: Estrada Municipal - S/N -Bairro: São João - Estrada de Acesso ao Parque de Exposições - Correia Pinto SC - CEP:88.535-000	1
SRS	Criciúma	SEOPA/ETA	9	Rua: Lucas Perucchi - S/N Bairro: São Defende - Criciúma - SC - CEP: 88808-100	1
		SEOPA/Barra gem	6	Estrada Geral, s/nº, São Pedro, Siderópolis	1
		ETE/Anexo ao SEQAE	4	Rod. Antônio Juste, s/nº, Universitário, Criciúma/SC	1
SRS	Forquilha	Escritório	7	Av: Cinquentenário Leonardo Steiner - 39 - Bairro: Centro - Forquilha - SC - CEP: 88.850.000	1
SRS	Garopaba	Escritório/ET A	12	Rua: Marcos Inácio de Abreu - 266 - Bairro: Ferraz - Garopaba - SC - CEP: 88.495.000	1
SRS	Gravatal	Escritório	8	Rua: EngºAnnes Gualberto - 297 - Bairro: Centro - Gravatal - SC - CEP: 88.735.000	1
		ETA	4	Rua: Rod. SC 370 - S/N - Bairro: Tiradentes - SC - CEP: 88.735.000	1
SRS	Paulo Lopes	ETA	5	Rua João de Souza nº 256 , Centro, Paulo Lopes-SC cep 88490-000	1
SRS	Laguna	ETA do GI	5	Rua: Avenida Castelo Branco - S/N - Bairro: Praia do Gi - Laguna - SC - CEP: 88790-000	1
		Canal do Gi	5	Ria: Estrada da Barbacena - S/N - Bairro: Praia do Gi - Laguna - SC - CEP: 88790-000	1
		ETA do Machado	3	Rua: Lucas Bastista - S/N - Bairro: Portinho - Laguna - SC - CEP: 88790.000	1
SRS	Lauro Muller	Escritório	5	Rua: Padre Hercilio Cappeller - S/N - Bairro: Centro Lauro Muller - SC - CEP: 88.880.000	1
SRS	Morro da Fumaça	Escritório	5	Rua: Eugenio Pagnam - Nº 237 - Bairro: Centro - Morro da Fumaça - SC - CEP: 88.830.000	1
		ETA Rio Vargedo	5	Rua: Estrada Geral Rio Vargedo - nº 237 - Bairro: Centro - Rio Vargedo - Treze de Maio - SC - CEP: 88710-000	1
SRS	Otacílio Costa	Escritório	9	Avenida Olinkraft - 2268 - Bairro: Targino - Otacílio Costa - SC - CEP: 88.540.000	1
		ETA	5	Rua: Padre Paulo Wilbert - S/N - Bairro: Centro - Otacílio Costa - SC - CEP: 88.540.000	1
SRS	Passo de Torres	Escritório	5	Rua: Guilherme Rodrigues da Silva - 300 - Bairro: Centro - Passo Torres - SC - CEP: 88.980.000	1
SRS	São Joaquim	SEOPA/SEOP E/ETA	5	Rua Sebastião Thomaz de Souza s/n, Bairro Bela Vista, CEP 88.600-000	1
SRS	São José do Cerrito	Escritório	4	Rua: Anacleto da Silva Ortiz - 64 - Bairro: Centro - São José do Cerrito - SC - CEP: 88.570.000	1
SRS	SRS/GAFS/SESUP	Escritório	4	Rua Bolessuavo Klima, 2029 Bairro Liri Içara SC CEP 88.820-001	1
SRS	SRS/GOPS/Eletromecânica/Criciúma	Escritório	5		1
SRS	SRS/GOPS/SEQAE	Escritório/Cri ciúma	8	Rod. Antônio Juste, s/nº, Universitário, Criciúma/SC	1
		Escritório/Pe scaria Brava	6	Rod. BR 101 Km 320, Km 37, s/nº	1
SRS	Turvo	Escritório	7	Rua: Rui Barbosa - 2346 s/1,2 - Bairro: Cidade Alta - Turvo - SC - CEP: 88.930.000	1
		ETA	3	Rua: Nereu Ramos - S/N - Bairro: Centro - Turvo - SC - CEP: 88.930.000	1
SRS	Urubici	Escritório	5	Av: Adolfo Konder - 204 - Bairro: Centro - Urubici - SC - CEP: 88.650.000	1
		ETA	4	Rua: Estrada Geral Rio Capoeiras - S/N - Bairro: Centro - Urubici - SC - CEP: 88650-000	1
SRN	Barra Velha	Agência	15	Rua Carlos Maia, 127 - Centro - CEP 88390-000	1
		ETA	5	Rua Alfredo Bento de Borba,s/n - Sertãozinho - CEP 88390-000	1
SRN	Ascurra	Agência	8	Rua Padre Simão Maycher, 38 - Centro - CEP 89138-000	1
		ETA	3	Rua Emilio Rozza, 280 - Saltinho - CEP 89138-000	1
SRN	Santa Cecília	ETA	3	Avenida XV de novembro,s/n - Centro - CEP 89540-000	1
SRN	Luiz Alves	Agência	6	Rua prof. Simão Hess, 645 - Vila do Salto - CEP 89115-000	1

SRN	Rio do Sul	ETA	9	Rua Ernesto Felmann, s/n - Laranjeiras - CEP 89167-490	1
SRN	Curitibanos	ETA	5	Rua Florianópolis, s/n - São Luiz - CEP 89520-000	1
SRN	Piçarras	ETA	8	Rua Vicente Sabino dos Santos, 290 - Morretes - CEP 88380-000	1
SRN	Pouso Redondo	Agência/ETA	5	Rua Estevão Ricarolli, s/n - Independência - CEP 89172-000	1
SRN	Canoinhas	ETA	5	BR 280, s/n Industrial nº 01 - CEP 89.460-000	1
SRN	Mafra	ETA	4	Rua Coronel Severiano Maia s/n, Jardim América - CEP 89300-000	1
SRN	Indaial	ETA	5	Avenida Brasil, 1447 - Rio Morto - CEP 89130-000	1
SRN	Araquari	ETA	3	Rua Coronel Almeida, 320 - Centro - CEP 89.245-000	1
SRN	Ituporanga	Agência	10	Rua Presidente Nereu, 1140 - Centro - CEP 88.400-000	1
SRN		ETA	5	Rua Duque de Caxias, s/nº - Centro - CEP 88.400-000	1
SRN	Barra do Sul	ETA	5	Rua Vicente de Carvalho, s/n - Centro - CEP 89.247-000	1
SRN	Vidal Ramos	Agência/ETA	3	Rua Leandro José Lyra, s/nº - Centro - CEP 88.443-000	1
SRN	Monte Castelo	ETA	5	Estrada Geral de Rodeio Grande, s/nº - Rodeio Grande - CEP 89.380-000	1
SRN	Salete	ETA	4	Rua Daria Tmamanini, s/nº - CASAN - CEP 89.196-000	1
SRN	Imbuia	ETA	3	Rua Carlos Pedro Simas, s/nº - Centro - CEP - 88.440-000	1
SRN	Santa Terezinha	Agência	2	Rua Bruno Pielzanka, 397 - Centro - CEP 88.395-000	1
SRN	Taió	Agência	6	Av Luiz Bertoli, 105 - Centro - CEP 89.190-000	1
SRO	ABELARDO LUZ	Agência	3	RUA JOÃO SMEDT, 1345 - CENTRO	1
		ETA	3	RUA CASTELO BRANCO, 10 - CENTRO	1
SRO	ANCHIETA	ETA	2	ENTRADA LINHA SÃO PEDRO, S/N CEP: 89970-000	1
SRO	CAÇADOR	ETA	5	RUA JOSÉ BOITEAUX, S/N - B. MARAFON - CEP: 89560-000	1
SRO	CAIBI	ETA	6	SC - 283 - CEP:89888-000	1
SRO	CAMPO ERÊ	Agência	3	AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 99 - CENTRO - CEP: 89980-000	1
		ETA	2	SC 470 - CAMPO ERÊ - CEP: 89980-00	1
SRO	CATANDUVAS	Agência	6	RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ, S/N - CEP: 89670-000	1
		ETA	2	RUA ESTRADA ERVATEIRA REGINA, S/N - CEP: 89670-000	1
SRO	CHAPECÓ	ETE	2	Rua Ventura Migliorini, s/n - Bairro Santo Antônio - ETE	1
		ETA	5	Rua José Pedroso da Silva, s/n - Bairro EFAPI - ETA NOVA	1
		SECOM/Aten dim. Público	15	AVENIDA FERNANDO MACHADO, 35 E - CENTRO - CHAPECÓ	1
SRO	CUNHA PORÃ	Agência/ETA	7	CUNHA PORÃ	1
SRO	DESCANSO	ETA	4	ACESSO PELA SC - 493 A PARTIR DA BR 282	1
SRO	DIONÍSIO CERQUEIRA	Agência	4	AV. WASHINGTON LUIZ 255 CENTRO - CEP: 89950-000	1
		ETA	5	ENTRADA MUNICIPAL PARA AEROPORTO, S/N	1
SRO	FAXINAL DOS GUEDES	ETA	5	ACESSO A BARRA GRANDE, S/N	1
SRO	GUARUJÁ DO SUL	ETA	5	RUA RIO GRANDE DO SUL, S/N	1
SRO	LEBON RÉGIS	Agência	5	RUA FRANCISCO RIBEIRO DA SILVA, S/N - CENTRO - LEBON REGIS	1
SRO	MARAVILHA	Agência	6	AVENIDA ARAUCÁRIA, 831 - CENTRO - CEP: 89874-000	1
		ETA	5	RUA SANTA CATARINA, 515 - CENTRO - CEP: 89874-000	1
SRO	NOVA ERECHIM	ETA	4	FINAL DA RUA VALMIR TIRONI, S/N - LOTEAMENTO FROZZA	1
SRO	PALMITOS	Agência	5	RUA EUCLIDES DA CUNHA, S/N - CENTRO - PALMITOS	1
SRO	PINHALZINHO	ETA	5	LINHA BETANIN - INTERIOR	1

		Agência	3	AVENIDA SÃO PAULO, 677 - CENTRO-PINHALZINHO	1
SRO	PIRATUBA	ETA	6	RUA COLOMBO MACHADO SALES, S/N - IPIRA	1
SRO	PONTE SERRADA	ETA	5	ENTRADA ESTRADA SAÍDA PARA RIO DO MATO, S/N	1
SRO	QUILOMBO	ETA	5	LINHA BARRA DO QUILOMBO - CEP: 89850-00	1
SRO	SALTO VELOSO	Agência/ETA	4	Rua Bela Vista, 151, Salto Veloso - SC, 89595-000	1
SRO	SÃO CARLOS	ETA	5	RUA JOÃO HENRICH, S/N - CEP:89885-000	1
SRO	SÃO DOMINGOS	ETA	5	RUA GALVÃO, KM 1	1
SRO	SEARA	Agência	3	RUA DO COMÉRCIO, 406 - BAIRRO NITERÓI - CEP: 89770-000	1
		ETA	5	RUA PREFEITO THEODOR BARBIERI, S/N - B. DAS NAÇÕES - CEP: 89770-000	1
SRO	SÃO LOURENÇO DO OESTE	Agência	5	RUA NEREU RAMOS, 580 - CENTRO	1
		ETA	5	MARGENS DA SC 473 KM 04	1
SRO	SÃO MIGUEL DO OESTE	Agência/Escr itório	14	RUA OSVALDO CRUZ, 167 - CENTRO - CEP: 89900-000	1
		ETA Nova	5	LAGO 20 - BAIRRO SÃO JORGE - SMOESTE	1
SRO	TANGARÁ	Agência	5	AV. IRMÃOS ÍCOLLI, 450 - CENTRO - TANGARÁ	1
SRO	TREZE TÍLIAS	Agência	5	RUA TIROL, S/N	1
SRO	VIDEIRA	ETA	11	Rua Jose Boiteux, 88 . Bairro Marafon	1
SRO	XANXERÊ	Agência	10	RUA GENERAL OSÓRIO, 373 - CENTRO - CEP: 89820-000	1
		ETA	5	RUA IRMA IRACEMA DAVI, S/N	1
SRO	XAXIM	Agência	8	RUA RIO GRANDE, 808	1
		ETA	5	DISTRITO DE DIADEMA À 2.500 MTS DA BR 282	1
Total					116

**ANEXO III - DECLARAÇÕES**

**MODELO 1  
DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE**

(Papel timbrado ou carimbo da empresa)

A \_\_\_\_\_ (Razão Social da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, localizada à \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins de participação na licitação **PREGÃO Nº 047/2017**, promovida pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, e sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)

**MODELO 2  
DECLARAÇÃO DO PROPONENTE DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**REF: PREGÃO Nº 047/2017**

\_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

**Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).**

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



#### ANEXO IV

#### MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº        /

Instrumento particular de Registro de Preço que celebram a **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN** e a empresa       , oriundo do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 47/2017**, cujo objeto é Fornecimento e Instalação eventual de Relógio Ponto Eletrônico com Software de Gerenciamento que atenda a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - PREÂMBULO

##### 1.1 - CONTRAENTES

Celebram a presente Ata de Registro de Preço a **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, sociedade de economia mista estadual, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 1.502, inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.508.433/0001-17, com sede na rua Emílio Blum, nº 83, bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC doravante simplesmente denominada "**CASAN**" e a empresa       primeira classificada, inscrita no CNPJ do MF sob nº       , situada na       , nº       , bairro       , na cidade de       doravante simplesmente denominada "**DETENTORA**".

##### 1.2 - REPRESENTANTES

Representam a **CASAN**, conforme poderes outorgados em seu estatuto, os seus Diretores, adiante assinados e a **DETENTORA**, por seu representante, adiante assinado, conforme poderes constantes do Instrumento Procuratório arquivado na Divisão de Convênios e Contratos da **CASAN**.

##### 1.3 - FUNDAMENTO

A celebração desta Ata de Registro de Preço decorre da Homologação nº       /       , datada de       /       /       , da Diretoria da **CASAN**, que aprovou o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 47/2017**.

##### 1.4 - LOCAL E DATA

Lavrado na sede da **CASAN**, na cidade de Florianópolis, SC, aos       /       /       .

##### 1.5 - REGIME LEGAL

As contraentes expressam sujeição às cláusulas estabelecidas nesta Ata, às disposições constantes da Lei Federal nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337 de 5 de julho de 2002, Regulamento aprovado através da Resolução nº 27 de 17 de novembro de 2006, Resolução nº 01 de 20 de fevereiro de 2013 que adota no que couber o decreto federal nº 7892 de 23 de janeiro de 2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, a tudo quanto não contrarie as disposições da presente Ata.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

##### 2.1 - DISCRIMINAÇÃO

O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para o Fornecimento e Instalação eventual de Relógio Ponto Eletrônico com Software de Gerenciamento que atenda a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, relacionado e especificado no Anexo I - Planilha de Preço e Anexo II - Termo de Referência do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 47/2017**, e nas condições apresentadas pela **DETENTORA** na proposta consignada nº, datada de       /       /       , os quais são partes integrantes deste Termo, independentemente de transcrição.

##### 2.2 - LOCAL DE ENTREGA

Os materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preço, serão solicitados conforme necessidade da **CASAN**, através de Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual, e deverão ser entregues nos endereços constantes do item 6 do Anexo II – Termo de Referência.

### 2.3 - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

O Transporte e o descarregamento no local determinado pela **CASAN** é de integral responsabilidade da **DETENTORA**, devendo disponibilizar pessoal suficiente e com os EPI's compatíveis com material/equipamento a ser descarregado, em conformidade com a legislação de segurança do trabalho vigente.

Estas operações devem ser realizadas de maneira que preserve a integridade física do material/equipamento; sendo que para o descarregamento de unidades que não possam ser descarregadas manualmente, a **DETENTORA** deverá obrigatoriamente dispor, no momento do descarregamento, de todos os equipamentos necessários à execução deste procedimento (guindaste, munck, empilhadeira, etc.).

#### 2.3.1 - ENTREGAS PARCIAIS

Entregas parciais serão admitidas, respeitado o prazo de entrega estabelecido, somente nas seguintes situações:

- a) Por solicitação da **CASAN**.
- b) Por solicitação de fornecedor, mediante autorização da **CASAN**.

### 2.4 - OBRIGAÇÕES

A **DETENTORA** manterá durante toda execução da Ata de Registro de Preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**2.4.1 - A DETENTORA dá a CASAN total garantia de qualidade e funcionamento dos materiais e/ou equipamentos fornecidos, contra defeito de fabricação, bem como assistência técnica, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.**

### 2.5 - PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

O prazo de validade deste Registro de Preços será de **1 (um)** ano, contado a partir da data de assinatura da presente Ata.

### 2.6 - PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

Conforme necessidade da **CASAN**, a **DETENTORA** deverá entregar e instalar os materiais e/ou equipamentos em até **90 (noventa)** dias corridos, contados a partir da data de recebimento da Autorização de Fornecimento - AF, sendo que o quantitativo solicitado na mesma deverá ser entregue de forma integral.

### 2.7 - GESTOR DOS CONTRATOS E/OU AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO ORIUNDOS DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gestor dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preço é \_\_\_\_\_, lotado na \_\_\_\_\_ da **CASAN**, e-mail: \_\_\_\_\_@casan.com.br, telefone: \_\_\_\_\_.

### 2.8 - FISCAL DOS CONTRATOS E/OU AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO ORIUNDOS DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O fiscal dos Contratos e/ou Autorizações de Fornecimento oriundos desta Ata de Registro de Preço é \_\_\_\_\_, lotado na \_\_\_\_\_ da **CASAN**, e-mail: \_\_\_\_\_@casan.com.br, telefone: \_\_\_\_\_.

## CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E REAJUSTAMENTO

### 3.1 - PREÇOS REGISTRADOS

Os preços unitários registrados nesta Ata abrangem impostos, taxas, fretes, embalagens, carga, descarga, riscos e tributos, sendo que serão utilizados conforme necessidade da **CASAN**.

**3.1.1 - O registro de preço apresentado abaixo é referente à proposta da primeira classificada, denominada DETENTORA, de forma que a este preço poderão ser convocadas as demais empresas classificadas, desde que obedeça aos quantitativos remanescentes, à ordem de classificação estabelecida no item 3.2 e às demais possibilidades constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 47/2017.**

LOTE 1								
Item	Código	Descrição	Marca	NCM	Und	Qtd	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	91697	RELOGIO PONTO			PEÇ	128		
2	93967	INST. CONFIGURACAO RELOGIO PONTO			GB	128		

### 3.2 - EMPRESAS CLASSIFICADAS

LOTE X	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA
	1ª	
	2ª	
	3ª	

### 3.3 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O prazo de pagamento será de **30 (trinta)** dias corridos, contados do aceite das notas fiscais faturas. A **DETENTORA** deverá informar na(s) Nota(s) Fiscal(is) o(s) número(s) da(s) AF(s) correspondente(s).

**3.3.1** - Caso sejam detectados problemas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos entregues, identificados pelo controle de qualidade, o prazo de pagamento iniciará sua contagem após a regularização, ou seja, a entrega e aceite dos mesmos substituídos.

**3.3.2** - O pagamento está condicionado à apresentação, pela **DETENTORA**, da Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, também, a Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual do Estado sede da empresa que não possuir estabelecimento em Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº. 3650 de 27/05/1993, com as alterações, do Decreto Estadual nº. 3884 de 26/08/1993, em seu original ou em cópia autenticada por cartório. Os documentos apresentados em cópia não autenticada poderão ser autenticados por funcionário da **CASAN**, mediante apresentação dos originais.

**3.3.3** - A não apresentação dos documentos exigidos no subitem 3.3.2, implicará automaticamente, na suspensão do pagamento da(s) fatura(s).

**3.3.4** - Será dispensada a apresentação de nova Certidão Negativa quando ocorrer outro pagamento dentro do prazo de validade da Certidão Negativa anteriormente apresentada.

**3.3.5** - A **DETENTORA** declara que a sua Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM para o objeto proposto é a de número , que o referido fornecimento **está sujeito/não está sujeito (escolher somente um)** ao Regime de Substituição Tributária, e a alíquota do ICMS é ( ), conforme proposta nº, datada de / / , que a sua Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE principal é (informar também os secundários, quando houver).

**3.3.6** - As notas fiscais eletrônicas devem ser encaminhadas ao e-mail [nfe@casan.com.br](mailto:nfe@casan.com.br).

### 3.4 - ATRASO DE PAGAMENTO

A **CASAN** pagará por eventuais atrasos de pagamento, encargos financeiros conforme o disposto no *Caput* do Art. 117, da Constituição Estadual.

### 3.5 - REVISÃO

A **CASAN** realizará com periodicidade trimestral pesquisa de mercado para comprovar a vantajosidade dos preços praticados pelo detentor da ata. Verificada a desconformidade entre o preço registrado e o preço de mercado, proceder-se-á negociação de preço conforme disciplinam os artigos 17 a 21 do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

### 3.6 - RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento das futuras contratações do objeto desta Ata de Registro de Preços são provenientes de recursos próprios da **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN**.

#### CLÁUSULA QUARTA - UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**4.1 - A CASAN** somente utilizará a presente Ata de Registro de Preços quando julgue conveniente e oportuno, uma vez que esta não representa compromisso de aquisição, podendo cancelá-la ou suspendê-la, sem que tal decisão caiba recurso de sua **DETENTORA** ou qualquer indenização por parte da **CASAN**.

**4.2 - A** existência de preços registrados não obriga a **CASAN** a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito a recurso ou a indenização de qualquer espécie por parte da empresa **DETENTORA**. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao SRP, assegurando-se ao beneficiário do registro de preferência em igualdade de condições, de acordo com o Edital.

#### CLÁUSULA QUINTA - AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

**5.1 - A** emissão da Autorização de Fornecimento e/ou do Instrumento Contratual, sua retificação ou cancelamento total ou parcial, será igualmente autorizada pela Gerência de Informática - GIN da **CASAN**.

**5.2 - A** aquisição dos materiais, inerentes ao objeto da presente Ata de Registro de Preços, será autorizada, caso a caso, pelo Gestor desta Ata com a efetiva dotação orçamentária.

#### CLÁUSULA SEXTA - PENALIDADES

**6.1 - Pela** inexecução total ou parcial das regras estabelecidas na Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual, a **CASAN** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **DETENTORA** as seguintes sanções:

I) Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

II) Multa.

a) Por atraso de entrega - Será cobrado multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), do valor da nota fiscal principal e do reajuste, se houver.

b) Por inexecução total ou parcial do contrato - multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

III) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar a **CASAN**, por um prazo não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO

**7.1 - A** inexecução total ou parcial da Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual ensejará a sua rescisão, com as consequências estabelecidas neste instrumento e as previstas em Lei. Dentre outros, constituem motivos para rescisão do mesmo, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização:

**7.1.1 - O** não cumprimento ou o cumprimento irregular da Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual, especificações, projetos ou prazos.

**7.1.2** - A lentidão do seu cumprimento levando a **CASAN** a comprovar a impossibilidade do fornecimento, nos prazos estipulados.

**7.1.3** - O atraso injustificado no início do fornecimento.

**7.1.4** - A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação a **CASAN**.

**7.1.5** - A total ou parcial do seu objeto, a associação da **DETENTORA** com outro, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas na licitação e nesta Ata.

**7.1.6** - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

**7.1.7** - O cometimento reiterado de faltas na sua execução.

**7.1.8** - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil.

**7.1.9** - Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93.

## **7.2 - FORMAS DE RESCISÃO**

A rescisão da Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual poderá ser:

**7.2.1** - Determinada, por ato unilateral e escrito da **CASAN**, nos casos enumerados no item 7.1.

**7.2.2** - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência para a **CASAN**. Esta rescisão deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**7.2.3** - Judicial, nos termos da legislação processual.

## **7.3 - DO CANCELAMENTO**

A **DETENTORA** terá seu registro de preço cancelado, independente de interposição judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização quando:

**7.3.1** - Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **DETENTORA** da Ata de Registro de Preço;

**7.3.2** - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato ou instrumento equivalente.

**7.3.3** - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, não aceitando a **DETENTORA** da Ata de Registro de Preço, reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

**7.3.4** - Sempre que ficar constatado que a **DETENTORA** da Ata de Registro de Preço perdeu qualquer das condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

**7.3.5** - Não assinar a Autorização de Fornecimento e/ou Instrumento Contratual no prazo estabelecido;

**7.3.6** - Razões de interesse público.

## **7.4 - COMUNICAÇÃO DE EXCLUSÃO**

**7.4.1** - A comunicação da exclusão da **DETENTORA** será feita por correspondência com aviso de recebimento, ou por meio de publicação no Diário Oficial do Estado, juntando-se o comprovante, aos autos que deram origem a Ata de Registro de Preços.

**7.4.2** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da **DETENTORA**, a comunicação da exclusão será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.





## CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES FINAIS

### 8.1 - ALTERAÇÕES

Os Contratos e/ ou Autorizações de Fornecimento, oriundos desta Ata de Registro de Preço poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

### 8.2 - DOCUMENTOS

Integram o presente Instrumento, como se nele estivessem transcritos; as propostas consignadas pelas empresas classificadas do Registro de Preço, bem como o Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 47/2017**.

### 8.3 - FORO

As Contraentes elegem com expressa renúncia de qualquer outro mais privilegiado, o Foro da Comarca da Capital, SC, para solução de quaisquer questões emergentes, à presente Ata de Registro de Preço.

E, por assim estarem justas e acertadas, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

## COMPANHIA CATARINENSE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

### RAZÃO SOCIAL CONTRATADA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

### CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E/OU EQUIPAMENTOS –

FM Nº /

I)

II) CONDIÇÕES ESPECIAIS

Instrumento particular de contrato que celebram a **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN** e a empresa \_\_\_\_\_.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - PREÂMBULO

#### 2.4 - CONTRAENTES

Celebram o presente Contrato a **COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN**, sociedade de economia mista estadual, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº 1502, inscrita no CNPJ do MF sob nº 82.508.433/0001-17, com sede na Rua Emílio Blum, nº 83, bairro Centro, na cidade de Florianópolis/SC, doravante simplesmente denominada "**CASAN**" e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ do MF sob nº \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, doravante simplesmente denominada "**FORNECEDORA**".

#### 2.5 - REPRESENTANTES

Representam a **CASAN**, conforme poderes outorgados em seu estatuto, os seus Diretores, adiante assinados, e a **FORNECEDORA**, por seu representante legal, adiante assinado, de conformidade com o Instrumento Procuratório, apresentado e arquivado na **CASAN**.

#### 2.6 - FUNDAMENTO CONTRATUAL

A celebração deste contrato decorre da Homologação nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, datada de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, da Diretoria da **CASAN**, que aprovou o julgamento do Pregão Eletrônico nº 47/2017.

#### 2.7 - LOCAL E DATA



Lavrado na sede da **CASAN**, na cidade de Florianópolis/SC, aos        /        /        .

## 2.8 - REGIME LEGAL

As contraentes expressam sujeição às cláusulas contratuais, às disposições constantes na Lei nº 10.520 de 17/07/02, Lei Estadual nº 12.337 de 05/07/02, Regulamento da **CASAN** aprovado através da Resolução nº 27 de 17/11/06, com a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93, e a Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/06.

## CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

### 3.1 - DISCRIMINAÇÃO

A **FORNECEDORA** obriga-se a fornecer e instalar à **CASAN** Relógio Ponto Eletrônico com Software de Gerenciamento que atenda a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, relacionados e especificados no Anexo I - Planilha de Preços, no Anexo II - Termo de Referência e na **Autorização Contratual - AC nº**        , anexa, nas condições apresentadas em seu orçamento-proposta nº ---, datado de        /        /        , bem como condições consignadas da Ata de Registro de Preço nº e o nº        /        , os quais são partes integrantes deste Termo.

### 3.2 - LOCAL DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço:

#### 3.2.1 - CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

O Transporte e o descarregamento no local determinado pela **CASAN** é de integral responsabilidade da **FORNECEDORA**, devendo disponibilizar pessoal suficiente e com os EPI's compatíveis com material/equipamento a ser descarregado, em conformidade com a legislação de segurança do trabalho vigente.

Estas operações devem ser realizadas de maneira que preserve a integridade física do material/equipamento; sendo que para o descarregamento de unidades que não possam ser descarregadas manualmente, a contratada deverá obrigatoriamente dispor, no momento do descarregamento, de todos os equipamentos necessários à execução deste procedimento (guindaste, munck, empilhadeira, etc.).

#### 3.2.2 - ENTREGAS PARCIAIS

Entregas parciais serão admitidas, respeitado o prazo de entrega estabelecido, somente nas seguintes situações:

- c) Por solicitação da **CASAN**.
- d) Por solicitação de fornecedor, mediante autorização da **CASAN**.

### 3.3 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O prazo de execução do contrato será de **90 (noventa)** dias corridos contados a partir da data do recebimento da Autorização Contratual - AC, que coincidirá com a data da assinatura do contrato, expedida pela Divisão de Convênios e Contratos da **CASAN**. Esse prazo poderá ser prorrogado na ocorrência de um dos motivos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666/93, na forma em vigor.

### 3.4 - PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega e instalação dos materiais e/ou equipamentos será de **90 (noventa)** dias corridos, contados após a data de recebimento da Autorização de Fornecimento, sendo que o quantitativo solicitado na mesma deverá ser entregue de forma integral.

### 3.5 - TRANSFERÊNCIA OU SUBLOCAÇÃO DE SERVIÇOS

Os serviços objeto deste Contrato não poderão ser transferidos ou sublocados, no todo ou em parte.

### 3.6 - REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço unitário.

### 3.7 - GESTOR DO CONTRATO

O gestor deste contrato é        , lotado na        da **CASAN**, e-mail:        @casan.com.br, telefone:        .



### 3.8 - FISCAL DO CONTRATO

O fiscal deste contrato é \_\_\_\_\_, lotado na \_\_\_\_\_ da CASAN, e-mail: \_\_\_\_\_@casan.com.br, telefone: \_\_\_\_\_.

## CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR E REAJUSTAMENTO

### 4.1 - VALOR DO CONTRATO

A CASAN pagará à FORNECEDORA pela total entrega dos materiais, objeto deste contrato, o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), que abrange impostos, taxas, fretes, embalagens, carga, descarga, riscos e tributos.

**3.1.1** - O valor relativo à mão de obra é R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), referente ao índice de **25,76%** (vinte e cinco vírgula setenta e seis por cento) conforme a planilha Resumo Orçamento Obra;

**3.1.2** - O valor relativo aos materiais e equipamentos é R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ ), referente ao índice de **74,24%** (setenta e quatro vírgula vinte e quatro por cento) conforme a planilha Resumo Orçamento Obra.

### 3.2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O prazo de pagamento será de **30 (trinta)** dias corridos, após o aceite das notas fiscais/faturas. A FORNECEDORA deverá informar na(s) Nota(s) Fiscal (is) o(s) número(s) da(s) AF(s) correspondente(s).

#### 3.2.1 - CONDICIONAMENTO LIBERATÓRIO DE PAGAMENTO

O pagamento da fatura mensal, quando nesta couber a Retenção para a Previdência Social – INSS, só será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos abaixo elencados:

- a) Guia de Recolhimento do FGTS e informação à Previdência Social - GFIP, por contrato, identificando o tomador dos serviços; e o protocolo de envio do arquivo da Conectividade Social;
- b) Nominata dos empregados da empresa indicando o número da Carteira de Trabalho, CNPF e carteira de identidade;
- c) Guia da Previdência Social - GPS (sobre a folha de pagamento);
- d) Comprovante de pagamento dos salários e demais obrigações trabalhistas;
- e) Laudos referentes ao Art. 291 da Instrução Normativa nº 971 de 13/11/09 da Receita Federal do Brasil.

A FORNECEDORA deverá observar no corpo da nota fiscal, quando couber, a retenção para a seguridade social, destacando no corpo da mesma a base de cálculo, o valor a ser retido, e a alíquota, conforme Art. 126 da Instrução Normativa nº 971 de 13/11/09 da Receita Federal do Brasil.

#### 3.2.2 - DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL - ISS

a) quanto ao Imposto Sobre Serviço – ISS, este será retido na fonte por Substituição Tributária, em cumprimentos a Lei Complementar da Presidência da República nº 116, de 31 de Julho de 2003, em consonância com a Lei Complementar dos municípios de Santa Catarina.

a1) para as notas fiscais de prestação de serviço emitidas pelo município em que ocorreu a prestação do serviço, deve ser apresentado o comprovante do recolhimento do ISS.

b) a não apresentação do que exige a alínea “a1”, o tomador dos serviços fará a retenção na fonte e repassará ao município correspondente;

c) o prestador deverá discriminar na nota fiscal de prestação serviços, as seguintes informações: Município da prestação do serviço, Código do serviço conforme Lista de Serviço anexa à Lei Complementar da Presidência da República nº 116, de 31 de Julho de 2003, Alíquota (%) e Valor do ISS;

e) a base de cálculo do ISS é o custo do serviço em sua totalidade, não devendo ser deduzido o valor dos materiais adquiridos de terceiros.

**3.2.3** - Caso sejam detectados problemas quanto à qualidade dos materiais e/ou equipamentos entregues, verificados pelo controle de qualidade, o prazo de pagamento iniciará sua contagem após a regularização, ou seja, a entrega e aceite dos mesmos substituídos.

**3.2.4** - O pagamento está condicionado à apresentação da Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual de Santa Catarina e, também, a Certidão de Quitação com a Fazenda Estadual do Estado sede da empresa que não possuir estabelecimento em Santa Catarina, conforme Decreto Estadual nº. 3.650 de 27/05/1993, com as alterações, do Decreto Estadual nº. 3.884 de 26/05/1993, em seu original ou em cópia autenticada por cartório. Os documentos apresentados em cópia não autenticada poderão ser autenticados por funcionário da **CASAN**, mediante apresentação dos originais.

**3.2.5** - A não apresentação dos documentos exigidos no subitem 3.2.2, implicará automaticamente, na suspensão do pagamento da(s) fatura(s).

**3.2.6** - Será dispensada a apresentação de nova Certidão Negativa quando ocorrer outro pagamento dentro do prazo de validade da Certidão Negativa anteriormente apresentada.

**3.2.7** - As notas fiscais eletrônicas devem ser encaminhadas ao e-mail [nfe@casan.com.br](mailto:nfe@casan.com.br).

### **3.2.8 - EMPRESA DO SIMPLES NACIONAL**

Para obter o benefício da não retenção do IR e PIS/COFINS/CSLL na fonte, a **FORNECEDORA** deverá apresentar a cada processo de envio de notas fiscais, Declaração conforme modelo do Anexo I da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 459/2004, atualizada, com nome legível do representante legal, e assinada pelo representante legal, sempre em via original.

**3.2.9** - A **FORNECEDORA** declara que a sua Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM para o objeto proposto é a de número XXXXX, que o referido fornecimento **está sujeito/não está sujeito (escolher somente um)** ao Regime de Substituição Tributária, e a alíquota do ICMS é XXX, conforme proposta nº XXX, datada de XX/XX/XXXX.

**3.2.10** - A **FORNECEDORA** declara, conforme proposta nº XXX, datada de XX/XX/XXXX, que a sua Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE principal é XXXXX (informar também os secundários, quando houver).

### **3.3 - ATRASO DE PAGAMENTO**

A **CASAN** pagará por eventuais atrasos de pagamento, encargos financeiros conforme o disposto no *Caput* do Art. 117, da Constituição Estadual.

### **3.4 - RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros destinados ao pagamento dos materiais e/ou equipamentos, objeto deste contrato, são provenientes do Orçamento 2017 da **Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN**, na conta nº 9985900.

### **3.5 - REAJUSTAMENTO**

Os preços serão fixos e irrevogáveis durante os primeiros 12 (doze) meses contados da data de apresentação da proposta, após, seus preços poderão ser reajustados pelo Código de Série nº 1004812 da FGV, observado o intervalo de 12 (doze) meses entre um reajuste e outro.

**3.5.1** - Para fins de negociação quanto a aplicação do índice de reajustamento do contrato para o período, a **CASAN** convocará a **FORNECEDORA** em tempo hábil, para não prejudicar o andamento ou paralisação do prazo contratual. Caso não haja consenso na negociação, poderá a **CASAN** optar em realizar nova licitação.

## **CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES**

**4.1** - A **FORNECEDORA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato.

**4.2** - A inadimplência da **FORNECEDORA**, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à **CASAN** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato. Na ocorrência de propositura de ações judiciais versando sobre os encargos mencionados a **FORNECEDORA** deverá requerer imediatamente a exclusão da **CASAN** da lide, sob pena de sofrer as sanções previstas em Lei.

**4.3** - A **FORNECEDORA** deve entregar o equipamento acompanhado de manuais e ainda todos os acessórios de instalação e fixação.

**4.4** - A **FORNECEDORA** deverá entregar Banco de Dados com suporte ao tamanho da base de pelo menos 1 TB, licenças associadas perpétua e de responsabilidade da contratada e deverão estar inclusas no objeto entregue, caso sejam necessárias.

**4.5** - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela **CASAN** e atender prontamente a eventuais solicitações/reclamações.

**4.6** - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da **CASAN**, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste Edital.

**4.7** - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

**4.8** - A **FORNECEDORA** deverá atender às Normas Regulamentadoras de Segurança do Trabalho aprovadas pela Portaria 3214 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 08 de junho de 1978, respeitadas as atualizações das mesmas.

**4.9** - A **FORNECEDORA** dá a **CASAN** total garantia de qualidade e funcionamento dos materiais e/ou equipamentos fornecidos, contra defeito de fabricação, bem como assistência técnica, pelo prazo de **36 (trinta e seis)** meses.

**4.10** - A garantia será prestada na **CASAN MATRIZ**, cito Rua emílio Blum 83 – Florianópolis – SC.

**4.11** - As aberturas de chamados técnicos poderão ser realizadas via web ou número telefônico 0800.

**4.12** - O tempo de solução dos problemas do equipamento na garantia deverá ser de no máximo de 15 dias úteis para troca da memória MRP e 3 dias úteis para as demais peças, contado após a **FORNECEDORA** ter acesso ao mesmo, no local da execução da garantia.

**4.13** - Atualizações de software (dos softwares fornecidos pela fabricante), devem estar inclusos na garantia.

**4.14** - Todo e qualquer atendimento/serviço serão realizados em dias úteis, nos horários compreendidos entre as 9 e 17 horas e somente através de chamado técnico aberto previamente.

**4.15** - A garantia deverá ser prestada pela fabricante ou sua rede de assistência técnica autorizada.

**4.16** - A garantia de hardware prevê a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, mesmo que as falhas sejam decorrentes de desgaste, sem ônus para a licitante.

**4.17** - Os custos da manutenção e substituição de peças e de equipamento é inteira responsabilidade da **FORNECEDORA**.

**4.18** - Os materiais deverão ser novos e sem utilização anterior, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios que impeçam ou reduzam a sua usabilidade, devendo apresentar-se nas embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega.

**4.19** - A **FORNECEDORA** deve possuir e utilizar metodologia própria para orientar e controlar o processo de implantação do sistema, contemplando no mínimo as seguintes fases: instalação dos produtos básicos, treinamentos, acompanhamento da parametrização, migração de dados atuais e históricos, acompanhamento da execução de paralelos e acompanhamento da entrada em produção.

**4.20** - Fornecer treinamento técnico, a respeito do sistema ofertado, em especial das ferramentas de tecnologia disponibilizadas pelo sistema, aos profissionais da área de Informática do Contratante. Todos os recursos e materiais para o mesmo devem ser fornecidos pela **FORNECEDORA**, sem qualquer custo para o Contratante.

Fornecer treinamento funcional e operacional, a respeito do sistema ofertado, aos profissionais das diversas áreas do Contratante. Todos os recursos e materiais para o mesmo devem ser fornecidos pela **FORNECEDORA**, sem qualquer custo para o Contratante.

**4.21** - Todos os treinamentos devem ser realizados nas instalações e locais definidos pelo **CASAN**.

**4.22** - Deverá ser previsto o cadastramento das biometrias em leitora externa ou através do próprio REP.

**4.23** - Todo o projeto, bem como sua execução, deverá seguir as recomendações das normas ABNT para cabeamento e instalações elétricas;

**4.24** - A empresa que executar os serviços têm a obrigatoriedade de fornecer, ao final dos serviços, atestado assinado por pessoa credenciada no CREA, com seu número de registro, de que os serviços foram executados de acordo com as normas citadas.

**4.25** - Quanto aos serviços de instalação, em se tratando de demolições ou furos em paredes ou lajes, caso sejam necessários para execução/instalação, estes deverão ser realizados pela **FORNECEDORA**. Além disso, após a execução, os materiais retirados deverão ser reinstalados, lajes/paredes reconstituídas e pintadas conforme estado original e entregues inteiramente limpas, além da **FORNECEDORA** ficar responsável pela remoção de qualquer entulho proveniente dos referidos serviços.

**4.26** - Os projetos uma vez elaborados deverão passar pela supervisão da Gerência de Informática -GIN e aprovação da contratante, a qual elaborará documento de aceite dos mesmos.

**4.27** - A **FORNECEDORA** manterá durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como todas as obrigações exigidas no Termo de Referência vinculado ao Edital.

#### CLÁUSULA QUINTA - PENALIDADES

**5.1** - Pela inexecução total ou parcial do Contrato a **CASAN** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **FORNECEDORA** as seguintes sanções:

I) Advertência;

II) Multa.

a) Por atraso de entrega - Será cobrado multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), do valor da nota fiscal principal e do reajuste, se houver.

b) Por inexecução total ou parcial do contrato - multa de até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

III) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar a **CASAN**, por um prazo não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

#### CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO

**6.1** - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei. Dentre outros, constituem motivos para rescisão do Contrato:

**6.1.1** - O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

**6.1.2** - A lentidão do seu cumprimento levando a **CASAN** a comprovar a impossibilidade do fornecimento, nos prazos estipulados.



6.1.3 - O atraso injustificado no início do fornecimento.

6.1.4 - A paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação a **CASAN**.

6.1.5 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **FORNECEDORA** com outro, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas na licitação e neste Termo.

6.1.6 - O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

6.1.7 - O cometimento reiterado de faltas na sua execução.

6.1.8 - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil.

**Parágrafo único:** A **CASAN**, quando em casos de serviços essenciais, poderá ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pela **FORNECEDORA**, bem como a execução da garantia contratual na hipótese de rescisão para ressarcimento da administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas, mediante motivação nos autos de processo administrativo, devidamente conferido o direito ao contraditório e da ampla defesa.

## 6.2 - FORMAS DE RESCISÃO

A rescisão do Contrato poderá ser:

6.2.1 - Determinada, por ato unilateral e escrito da **CASAN**, nos casos enumerados no item 6.1.

6.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Licitação, desde que haja conveniência para a **CASAN**. Esta rescisão deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

6.2.3 - Judicial, nos termos da legislação processual.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

### 7.1 - CONDIÇÕES GERAIS

Fazem parte integrante deste Termo, as Condições Gerais do Contrato de Fornecimento de Materiais e/ou Equipamentos, registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos Fernando Campos de Faria, sob termo 63.696, Livro B, de 30-12-82, do inteiro conhecimento da **FORNECEDORA**, as quais, as partes contraentes se obrigam a cumprir.

### 7.2 - ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A **FORNECEDORA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as supressões ou acréscimos que se fizerem necessária, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

### 7.3 - DOCUMENTOS

Integram o presente Instrumento, como se nele estivessem transcritos; a proposta relacionado e especificado no Anexo I - Planilha de Preço e Anexo II - Termo de Referência, datada de nº/ / , a Ata de Registro de Preço nº , e o Edital do nº / .

### 7.4 - FORO

As Contraentes elegem com expressa renúncia de qualquer outro mais privilegiado, o Foro da Comarca da Capital, SC, para solução de quaisquer questões emergentes, ao presente Contrato.



**COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES  
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

[www.casan.com.br](http://www.casan.com.br) - [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) - [pregao@casan.com.br](mailto:pregao@casan.com.br)



E, por assim estarem justas e acertadas, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

**COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN**

**RAZÃO SOCIAL CONTRATADA**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E/OU EQUIPAMENTOS**

**CONDIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS ELEMENTOS DO OBJETO**

**1.1 - QUALIDADE**

Os materiais e/ou equipamentos objeto deste contrato obedecerão às especificações exigidas constantes da proposta da **FORNECEDORA** e estarão sujeitos a critérios da **CASAN** a prévio teste de qualidade diretamente pela **CASAN**, por delegação a órgãos técnicos de outras entidades ou ainda por terceiros que credenciar. O teste para controle de qualidade poderá ser feito nas instalações da **FORNECEDORA** ou no local do destino dos materiais e/ou equipamentos, objeto deste contrato.

**1.2 - INSPEÇÕES**

Recebida, a **AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**, a **FORNECEDORA** preparará o objeto deste contrato para a inspeção de qualidade de que trata o item 1.1 e, no prazo de 5 (cinco) dias, antes da sua entrega, dará aviso por escrito a **CASAN** de que se encontra a disposição para os exames, a critério da **CASAN**; esta dará a “ORDEM DE EMBARQUE”.

**1.2.1 -** A **CASAN** reserva-se o direito de recusar no todo ou em parte qualquer material e/ou equipamento considerado defeituoso ou imprestável ou o que, após inspecionado, não venha acompanhado do laudo de inspeção pelo Controle de Qualidade, obrigando-se a **FORNECEDORA**, a promover a substituição.

Ocorrendo rejeição total ou parcial do objeto deste contrato, pelos critérios de aceitação ou rejeição ajustada, a **CASAN** sustará o respectivo pagamento, bem como poderá cancelar o pedido, no todo ou em parte.

**1.2.2 -** A **FORNECEDORA** reembolsará a **CASAN** das despesas com a inspeção para o Controle de Qualidade que resultar em rejeição do seu material e/ou equipamento.

**1.2.3 -** A rejeição dos materiais e/ou equipamentos pelo Controle de Qualidade não implicará na prorrogação dos prazos parciais ou totais, fixados nas “AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTOS”.

**1.2.4 -** A aceitação dos materiais e/ou equipamentos pela entidade inspetora não diminui ou elimina a plena e total garantia dos mesmos, contra quaisquer defeitos de fabricação que os mesmos venham a apresentar, no prazo de garantia ofertado.

**1.3 - GARANTIAS**

A **FORNECEDORA** dá a **CASAN** total garantia de qualidade e funcionamento dos materiais e/ou equipamentos fornecidos, contra defeitos de fabricação. A garantia é válida por um período de 18 (dezoito) meses contados da data de entrega, salvo definição de período diferenciado estabelecido no Edital. Essa garantia corresponde a obrigatoriedade de substituição das partes ou peças defeituosas. Caso o defeito perdurar, a **FORNECEDORA** estará obrigada a total substituição do(s) material(is) e/ou equipamento(s).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS**

**2.1 - DE FORNECIMENTO**

O prazo de fornecimento dos materiais e/ou equipamentos é o ajustado na Cláusula Segunda – Objeto, das Condições Especiais deste Contrato.

**2.1.1 -** A partir do recebimento pela **CASAN** da comunicação pela **FORNECEDORA** de que o objeto deste contrato está em condições de ser submetido a inspeção de qualidade, o prazo será interrompido e reiniciará seu decurso a partir da ORDEM DE EMBARQUE, expedida pela **CASAN**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO**

### 3.1 - PREÇO TOTAL

A **CASAN** pagará a **FORNECEDORA** pela total entrega dos materiais e/ou equipamentos o preço ajustado na Cláusula Terceira – Valor e Reajustamento, das Condições Especiais deste Contrato.

### 3.2 - PREÇOS UNITÁRIOS

O valor das entregas parciais será calculado pelos preços unitários constantes da proposta apresentada pela **FORNECEDORA**, que integra inseparavelmente este contrato.

### 3.3 - REAJUSTAMENTO

Os preços unitários ora ajustados poderão estar ou não sujeitos ao reajustamento, de conformidade com as disposições constantes do Edital ou da Dispensa de Licitação, que integram inseparavelmente este contrato, como se nele estivessem transcritas. O reajustamento dos preços, se cabível, deverá ser apurado em conformidade com a Cláusula Terceira – Valor e Reajustamento, das Condições Especiais deste contrato.

**3.3.1** - O atraso no fornecimento não beneficiará a parte responsável e o reajustamento será calculado com o índice correspondente ao mês em que deveria ser entregue o material e/ou equipamento.

**3.3.2** - O cálculo do reajustamento será promovido pela **FORNECEDORA** e conferido pela **CASAN**.

**3.3.3** - O valor do reajuste deverá ser faturado separadamente do relativo aos preços iniciais.

## CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

### 4.1 - PRAZO

O pagamento será procedido no prazo ajustado nas condições de pagamento da Cláusula Terceira – Valor e Reajustamento, Das Condições Especiais deste contrato, contado do recebimento dos materiais e/ou equipamentos, pela **CASAN**.

### 4.2 - SUSTAÇÃO

O pagamento poderá ser susado pela **CASAN**, nas seguintes hipóteses:

**4.2.1** - Imperfeição dos materiais e/ou equipamentos, objeto deste contrato;

**4.2.2** - Inadimplemento de qualquer das cláusulas deste contrato.

## CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

### 5.1 - VALOR

A **FORNECEDORA** deverá recolher à título de garantia do contrato, quando exigido, o valor ajustado na Cláusula Quarta – Garantia, das Condições Especiais do presente contrato, em garantia das obrigações ora estatuídas.

### 5.2 - SUBSTITUIÇÃO

Na vigência do presente contrato a **FORNECEDORA** poderá, mediante requerimento, substituir a garantia apresentada desde que não se altere o valor nominal ora estatuído, ficando obrigatória a sua substituição, quando feita por fiança bancária e/ou seguro garantia, com validade prescrita.

### 5.3 - DEVOLUÇÃO

A garantia e/ou seus reforços recolhida na Tesouraria da **CASAN**, será devolvida à **FORNECEDORA**, após o recebimento total do seu objeto, pela **CASAN**.

### 5.4 - PERDA

A **FORNECEDORA** poderá perder a garantia e/ou seus reforços, recolhida(s) na Tesouraria da **CASAN**, na hipótese da rescisão do contrato, decorrente do seu inadimplemento as obrigações pactuadas ou ainda pela absorção do valor pela aplicação da multa contratualmente prevista, desde que oferecido o contraditório e ampla defesa.

## CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE

### 6.1 - FORNECEDORA

A **FORNECEDORA** reconhece por este instrumento, que é a única responsável em qualquer caso, por danos ou prejuízos que eventualmente causar a **CASAN**, a coisa, a propriedade ou pessoas, em decorrência deste contrato, correndo as suas expensas sem responsabilidade ou ônus para a **CASAN**, os ressarcimentos ou indenizações, por tais danos ou prejuízos.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

### 7.1 - ENUMERAÇÃO

A **FORNECEDORA** estará sujeita, por inadimplemento contratual, as seguintes penalidades:

7.1.1 - Advertência;

7.1.2 - Multas simples;

7.1.3 - Multa de mora;

7.1.4 - Multa rescisória;

7.1.5 - Rescisão do Contrato;

7.1.6 - Suspensão do direito de licitar;

7.1.7 - Declaração de inidoneidade para licitar.

### 7.2 - MULTAS SIMPLES

A **FORNECEDORA** estará sujeita a multas simples de até 0,5% (meio por cento) do valor deste contrato, por faltas ou irregularidade que praticar. Dentre outros, constituem motivos para aplicação de multas simples:

7.2.1 - Descumprimento dos prazos de entrega;

7.2.2 - Fornecimento do objeto deste contrato, em desacordo com o projeto, normas técnicas ou especificações exigidas pela **CASAN**, do pleno conhecimento da **FORNECEDORA**;

7.2.3 - Informações inexatas ou criação de situação de embaraço, pela **FORNECEDORA**, a Fiscalização ou Inspeção da **CASAN**;

7.2.4 - Transferência ou cessão da obrigação a terceiros no todo ou em parte, sem prévia autorização da "**CASAN**".

### 7.3 - MULTA DE MORA

A **FORNECEDORA** estará sujeita, pelo atraso na entrega do objeto deste contrato, no todo ou em parte, a multa de mora de 0,2 (dois décimos por cento) por dia de atraso, incidentes sobre o valor do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor mencionado.

### 7.4 - MULTA RESCISÓRIA

A rescisão deste por inadimplemento contratual da **FORNECEDORA**, sujeitará esta multa rescisória no valor de 10% (dez por cento) do valor do saldo do contrato, existente na data da rescisão.

### 7.5 - PAGAMENTO DE MULTA

As multas mais simples, de mora e de rescisão, de que tratam os itens 7.2, 7.3 e 7.4 desta Cláusula, serão imediatamente descontadas pela **CASAN**, dos pagamentos decorrentes deste contrato.

## CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

### 8.1 - MOTIVOS

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejara a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei. Dentre outros constituem motivos para a rescisão do contrato:

**8.1.1** - O não cumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, especificações, prazos ou cumprimento irregular de qualquer das obrigações mencionadas;

**8.1.2** - O atraso na entrega ou a paralisação do fornecimento por prazo superior a 20 (vinte) dias.

**8.1.3** - Ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, sem anuência prévia da **CASAN** o objeto deste contrato;

**8.1.4** - A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil.

**8.1.5** - Ato de autoridade ou lei superveniente, que torne este contrato inexecutável.

### 8.2 - ADMINISTRATIVA

A Rescisão administrativa poderá ser promovida por ato unilateral da Diretoria da **CASAN**, independentemente de aviso ou notificação Judicial a **FORNECEDORA** nos casos enumerados no item anterior.

### 8.3 - JUDICIAL

A rescisão judicial poderá ser promovida nos termos da legislação processual e será promovida pela parte que tiver direito a extinção do contrato.

### 8.4 - AMIGÁVEL

A rescisão amigável poderá ocorrer por acordo entre partes.

### 8.5 - DE PLENO DIREITO

A rescisão de pleno direito poderá se verificar, independente da declaração de vontade de qualquer das partes, diante de fato extintivo do contrato.

### 8.6 - RESCISÃO PELA FORNECEDORA

A **FORNECEDORA** poderá declarar rescindido o contrato, em qualquer das hipóteses adiante relacionadas:

**8.6.1** - Atraso de pagamento superior a 90 (noventa) dias;

**8.6.2** - Suspensão de fornecimento ou ordem de embarque, por prazo superior a 90 (noventa) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

**8.6.3** - Ocorrência de caso fortuito, ou de força maior, devidamente comprovada, impeditiva da execução deste contrato.

## CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS

### 9.1 - ENCARGOS

A **FORNECEDORA** é a responsável por quaisquer encargos decorrentes deste contrato, dentre os quais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e contratuais.

### 9.2 - ADITIVOS

O presente contrato poderá ser alterado, através de celebração de termos de aditamento, por mútuo acordo entre as partes ou por interesse da **CASAN**, observada a legislação pertinente.

### 9.3 - DOCUMENTOS

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritos o Edital ou dispensa de Licitação, a proposta da **FORNECEDORA** e demais documentos a ele relativo.





**COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

[www.casan.com.br](http://www.casan.com.br) - [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) - [pregao@casan.com.br](mailto:pregao@casan.com.br)



**9.4 - REGISTRO DESTAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATO**

As presentes condições Gerais de Contrato estão registradas no Cartório de Registro de Títulos e Documentos Fernando Campos de Farias, sob o termo 63.696, no Livro B 114, em 30/12/1982.

**9.5 - FORO**

As partes contratantes elegem com expressa renúncia de qualquer outro mais privilegiado, o FORO da Comarca de Florianópolis para quaisquer questões emergentes do presente contrato.



COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES  
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
[www.casan.com.br](http://www.casan.com.br) - [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) - [pregao@casan.com.br](mailto:pregao@casan.com.br)



**ANEXO V**

**MINUTA CONTRATUAL**